



ETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 361/2023 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:

PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (MENSAL, HORAS E DIÁRIA) COM E SEM MOTORISTA/ OPERADOR, PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

ROBERTO M. FERREIRA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

EDITAL RETIFICADO E REPUBLICADO



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024

DATA DE ABERTURA: **21/05/2024**

ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA **21/05/2024 ÀS 13:30 HORAS**

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: **14:00 HORAS DO DIA 21/05/2024** (Horário de Brasília).

LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br/>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Prefeitura Municipal de Navegantes, Rua João Emílio, 100 – Centro – Departamento de Compras e Licitações, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500, e-mail: compras.licitacao2@navegantes.sc.gov.br, alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br e leila.mengarda@navegantes.sc.gov.br

Regência: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 361/2023.

Secretaria solicitante: Secretaria de Obras e Serviços Municipais

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às **14:00 horas do dia 21/05/2024**, serão abertas às propostas referentes a este Pregão Eletrônico, e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de conformidade com as seguintes condições:

O pregão eletrônico terá sessão pública que acontecerá por meio do sistema de licitações Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (MENSAL, HORAS E DIÁRIA) COM E SEM MOTORISTA/ OPERADOR, PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

1.1. A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela e especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados, sendo estas pessoas jurídicas, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, seus Anexos, e principalmente em relação à legislação.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.





2.3. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

2.4. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras - BNC, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

2.5.1. Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV;

2.5.2. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV e;

2.5.3. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras - BNC, conforme o ANEXO V.

2.6. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO II, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.

2.7. As disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou seja, o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte e microempresas, não se aplicam:

2.7.1 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7.2 no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8 Não será admitido a participação de empresas em consórcio.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;





- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.5.1, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

4.2. A participação do licitante na pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador no pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site <https://bnc.org.br/>, do telefone (42) 3026-4550 – Ponta Grossa/PR, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

4.8. A participação na Licitação, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e





subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido no preâmbulo deste edital.

4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.2. Caberá ao fornecedor **acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, **assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEICOMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

5.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.7. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.8. Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

5.9. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.10. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;





5.11. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. **Até as 13:30h**, os licitantes **poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema**;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca (quando for o caso);
- c) Fabricante;

7.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva**





responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, desde que justificado na sessão, e com expressa concordância fundamentada pelo (a) Pregoeiro (a).

7.4. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.5. **Os licitantes devem respeitar os preços máximos** estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União ou do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.12. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os





lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.13. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Se a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Navegantes, disponível no endereço eletrônico <https://navegantes.sc.gov.br/>.

8.18. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.20. A ausência de resposta pelo *chat*, durante o tempo do certame, ou qualquer outro que o (a) Pregoeiro (a) estabeleça, por verificada desídia do licitante, poderá acarretar a desclassificação ou a inabilitação do mesmo, reservado o direito à manifestação de recurso, em fase apropriada.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme o art. 32 do Decreto Federal nº 10.204/2019 e art. 56 da Lei 14.133/2021.

9.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 9.2. será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 9.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 9.3, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício





da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei 14.133/2021, mediante justificativa.

9.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme §4º, do art. 56 da Lei 14.133/2021.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante.**

9.9. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.11. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.**

9.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.13. **A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

9.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.16. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.





9.17. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

10.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

10.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3. Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

12.2. Será **desclassificada** a proponente que:

12.2.1. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

12.2.2. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

12.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021).

12.2.4. Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.3. Caso entenda necessário, o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de **afirmação de exequibilidade das propostas**. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá





determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

12.4. Da apresentação de planilha de custos; ou

12.4.1. Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

12.5. A diligência servirá como subsídio para decisão do (a) Pregoeiro (a) ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a pesquisa aos seguintes cadastros:

13.1.1. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP):** <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

13.1.2. **Consulta da Certidão Negativa Correccional no site da Corregedoria-Geral da União - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM):** <https://certidoes.cgu.gov.br>;

13.1.3. **Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante;**

13.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo pregoeiro.

13.3. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.5. Será julgada **inabilitada** a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.

b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;

d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;

e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.6. **Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):**

13.6.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:





- a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal e trabalhista.
- b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista**, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II- O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6.2. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

13.6.3. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO VII, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

13.6.3.1. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

13.6.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.

13.6.3.3. A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade.

13.6.3.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

13.6.3.5. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de habilitação, declaração** de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta





máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021 (modelo disponível no anexo VII deste edital).

13.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA: (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa):

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;
- e) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;
- f) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;





g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

13.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) ~~Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.~~

~~13.9.1 A empresa poderá apresentar, facultativamente, juntamente a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, o documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua sede tem atribuição para sua expedição.~~

13.9.2 Deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), **comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

III - Grau de Endividamento (GE) = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / (Ativo Total).

13.9.2.1 Os índices exigidos como mínimos serão apurados através das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Corrente: AC/PC = índice mínimo: 1,00

b) Liquidez Geral: AC+RLP/PC+PNC = índice mínimo: 1,00.

c) Grau de endividamento: PC+PNC/AT = igual ou menor que 1,00.

13.9.2.2 **Os índices deverão estar calculados** para que o agente de contratação e equipe de apoio procedam somente com à conferência dos cálculos apresentados.

13.9.2.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

13.9.2.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

13.9.2.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.10.1. Apresentar Atestado de Qualificação Técnica ou Declaração, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, por execução de atividade pertinente e compatível em características semelhantes com o objeto da licitação.





Obs.: Não será considerado/aceito Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa ou do Grupo Econômico participante do certame.

13.10.2 O Operador pertencente ao pessoal da CONTRATADA deverá comprovar que está habilitado na Categoria, através de cópia da carteira de habilitação (CNH), e deverá conter curso(s) específico(s) de capacitação referente à máquina que irá dirigir. A comprovação se dará através da cópia do certificado;

Item	Maquinário	Categoria
1	Caminhão pipa	Categoria C
2,3	Retroescavadeira	Categoria C
4, 5	Caminhão com caçamba basculante	Categoria C
6, 7, 8, 9	Motoniveladora	Categoria C
10, 11	Escavadeira hidráulica	Categoria C
12	Trator compactador de 3 toneladas	Categoria B
13	Trator compactador de 7 toneladas	Categoria C
14, 15	Caminhão munck	Categoria C
16	Caminhão tipo cavalo mecânico	Categoria E
17	Caminhão carroceria prancha	Categoria E
18	Mini carregadeira	Categoria B





13.10.3. A Licitante participante deverá apresentar documentação, comprovando que possui os veículos a serem locados, objetos do edital (conforme item cotado), através de documentação dos mesmos, tais como: Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo/RENAVAN (para casos aplicáveis e exigíveis pelas Leis vigentes), ou Contrato de Compra e Venda, ou Nota fiscal de Aquisição do veículo.

Obs: Todas as cópias deverão estar devidamente autenticadas/registradas (conforme o caso);

13.10.4. Caso a Licitante participante não apresente ou não possua os veículos cotados no momento do Certame (conforme Item 13.10 acima), deverá anexar aos documentos da Habilitação, DECLARAÇÃO devidamente datada e assinada pelo responsável, informando que possuirá os veículos (itens cotados) no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis após a Homologação do Processo Licitatório e que os mesmos estarão à disposição do Município de Navegantes/SC, quando solicitados pela Secretaria competente;

13.10.5. As Declarações inverídicas serão passíveis de sanções administrativas, penalidades vigentes e desclassificação da Licitante Vencedora;

13.10.6. O profissional deverá fazer parte do quadro da Licitante participante na data prevista para entrega da Proposta de Preços, sendo que a comprovação de vínculo se dará da seguinte forma:

- a) Se empregado, através de cópia autenticada do Registro da Carteira de trabalho e Ficha de registro, comprovando que o mesmo ainda faz parte do quadro atual;
- b) Se Prestador de Serviços, através de contrato de Prestação de Serviços vigente;
- c) Se Sócio da empresa, através de cópia autenticada do contrato social, registrado na Junta Comercial (se apresentar no Credenciamento, não precisará repetir na Habilitação).

14. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Deverá apresentar como complemento dos documentos de habilitação, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES, conforme modelo ANEXO VI.

14.2. A referida declaração deverá estar assinada e datada, sendo esta, se possível, objeto de diligência saneadora.

15. DAS DILIGÊNCIAS

15.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao (s) atestado (s) técnico (s) emitido (s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

15.2. Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA do processo licitatório.





15.3. Não será realizada autenticação de documentação no dia da abertura dos documentos, em hipótese nenhuma.

15.4. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, conforme ANEXO II, de acordo com o prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) em ata.

15.5. As autenticações seguem o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 361/2023.

15.6. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência.

15.7. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)”, bem como, SOMENTE, em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo (a) Pregoeiro (a), também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES, próprios do Departamento Compras de Licitações (compras.licitacao2@navegantes.sc.gov.br, alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br e leila.mengarda@navegantes.sc.gov.br).

15.8. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados, exceto se informado pelo (a) Pregoeiro (a), via *chat*, no sistema BNC, algum e-mail diverso destes informados.

15.9. Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.

16.2. **As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.**

16.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

16.4. **Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões** poderão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações (compras.licitacao2@navegantes.sc.gov.br, alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br e leila.mengarda@navegantes.sc.gov.br), sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrazoante.

16.5. O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.





16.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e a autoridade estará autorizada (a) a encerrar a fase de habilitação, declarando o licitante vencedor do referido item, e encaminhando o processo à adjudicação e homologação da autoridade superior.

16.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

17. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

17.1. Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

17.2. Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

17.3. A autoridade competente emitirá a decisão final.

17.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

17.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18.3. Após a homologação, o Contrato será encaminhado via sistema ECM para a devida assinatura. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

18.4. A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.

18.5. O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o link para acesso.





18.6. É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

18.7. Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

18.8. Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

18.9. Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

18.9.1. Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas.

18.10. Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

19. DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 O prazo da execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do representante legal da empresa na ordem de serviço, salvo em casos em que seja estabelecido no próprio documento data para o início dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base da assinatura do contrato.

19.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.6. Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Obras e Serviços Municipais, sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.





20.2. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme Termo de Referência (ANEXO I), e concomitantemente, na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), além da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VIII) e da Minuta do Contrato (Anexo IX), sendo parte integrante deste edital.

22.2. O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/2021.

22.3. O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

22.4. O prazo para pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (TRINTA) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada por servidor ou comissão designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

22.5. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos:

- a) apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Certidão de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- b) apresentar relatório das etapas executadas (cumpridas) de acordo com o cronograma físico financeiro ao Setor da Secretaria de Obras e Serviços Municipais.;

22.6. - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

22.7. NÃO HAVERÁ, SOB HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.

23. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

23.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

23.2 Início da execução do objeto: 03 dias da solicitação de fornecimento.

23.2.1 A execução dos serviços será realizada de forma parcelada e a forma de execução será indireta, de acordo com as necessidades do município de navegantes/SC.

23.3 Os serviços serão prestados no nos locais, situados no município de Navegantes, que serão oportunamente informados pela Secretaria Solicitante.





24. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

24.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

24.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

24.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

24.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;

b) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES pelo prazo de até 03 (três) anos;

e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei Federal n.º 14.133/2021.

25.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

25.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES;

25.4. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

25.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.





25.6. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

26.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras e nos e-mails (compras.licitacao2@navegantes.sc.gov.br, alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br e leila.mengarda@navegantes.sc.gov.br) sítio no prazo de até 2(dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

26.2. As dúvidas/questionamentos, e as impugnações deverão ser encaminhadas com documentos que identifiquem o(a) interessado(a), e poderão ser enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme a legislação.

26.3. Não sendo formulado pedido de esclarecimento, providência ou impugnação a este edital até o prazo previsto na legislação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

26.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

26.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

26.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Da sessão pública do Pregão Eletrônico divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico BNC e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, conforme a possibilidade e o andamento do processo.

27.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro

27.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília –DF.

27.4. A adjudicação e/ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o





princípio da isonomia, a finalidade, a segurança da contratação e os demais princípios inerentes à Lei nº 14.133/2021.

27.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

27.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, de segunda-feira à sexta-feira, e em horário estabelecido, 13h00min às 19h00min.

27.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.10. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.11. Para os documentos que não informarem sua data de validade/vigência de forma expressa, será considerado o prazo de 90 dias após sua emissão.

27.12. É facultado ao proponente visitar o local onde serão realizados os serviços, não podendo posteriormente alegar desconhecimento.

28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço <https://navegantes.sc.gov.br>.

28.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (TR);

ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

ANEXO I-B – Justificativa para exigências de índices financeiros;

ANEXO II – Exigências para Habilitação Complementar (Pós-Disputa);

ANEXO III – Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Termo de Adesão;

ANEXO V – Custo pela utilização do sistema BNC;

ANEXO VI – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO VII – Declaração ME/EPP

ANEXO VIII – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO IX - Minuta do Contrato

ANEXO X - Modelo Planilha de Composição de Preço





ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei Federal n. 14.133/2021, art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º

SECRETARIA DE OBRAS

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (MENSAL, HORAS E DIÁRIA) COM E SEM MOTORISTA/ OPERADOR, PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

2. ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADES

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	<p>CAMINHÃO PIPA (TANQUE) TRUCK, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE 15.000 LT, COM FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOLICITADOS. POTENCIA MINIMA DE 170CV. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: RABO DE PAVÃO, IRRIGADOR TRASEIRO, MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO, CARRETEL, MANGOTINHO, CANHÃO MONITOR, BICO DE PATO E PINHÃO ROTATIVO, BARRA IRRIGADORA TRASEIRA COM ALCANCE DE ATÉ 4 M. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER</p>	Hora	2.000	R\$ 283,39	R\$ 566.780,00



	NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
2	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: CAÇAMBA HD COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 1 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,07 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,25 M³ E GARFO PALETEIRO. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	48	R\$ 29.713,78	R\$ 1.426.261,44
3	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: CAÇAMBA HD COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 1 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,07 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE	Diária	250	R\$ 2.213,33	R\$ 553.332,50



	IGUAL OU SUPERIOR À 0,25 M³ E GARFO PALETEIRO. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
4	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M³, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ SER EQUIPADO COM TRAÇÃO 6X4 E POTÊNCIA MÍNIMA DE 220CV, TAMPA TRASEIRA TIPO "PORTEIRA" COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, FAIXAS REFLETIVAS E EQUIPADO COM TELA DE SEGURANÇA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	48	R\$ 26.779,83	R\$ 1.285.431,84
5	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M³, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA	Diária	200	R\$ 1.807,29	R\$ 361.458,00





	COMPROVADA. DEVERÁ SER EQUIPADO COM TRAÇÃO 6X4 E POTÊNCIA MÍNIMA DE 220CV; TAMPA TRASEIRA TIPO “PORTEIRA” COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, FAIXAS REFLETIVAS E EQUIPADO COM TELA DE SEGURANÇA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
6	MÁQUINA MOTONIVELADORA, SEM OPERADOR, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	24	R\$ 63.063,29	R\$ 1.513.518,96
7	MÁQUINA MOTONIVELADORA, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM,	Mensal	12	R\$ 63.063,29	R\$ 756.759,48





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	<p>PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.</p>				
8	<p>MÁQUINA MOTONIVELADORA, SEM OPERADOR, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS</p>	Diária	200	R\$ 2.400,00	R\$ 480.000,00
9	<p>MÁQUINA MOTONIVELADORA, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E</p>	Diária	200	R\$ 2.625,00	R\$ 525.000,00



	CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
10	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE OPERACIONAL IGUAL OU SUPERIOR A 20 TONELADAS E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	24	R\$ 54.775,00	R\$ 1.314.600,00
11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE OPERACIONAL IGUAL OU SUPERIOR A 20 TONELADAS E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	300	R\$ 3.720,00	R\$ 1.116.000,00
12	TRATOR COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO COM ROLO LISO, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. PESO	Diária	200	R\$ 2.250,00	R\$ 450.000,00

	OPERACIONAL DE APROXIMADAMENTE 3 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
13	TRATOR COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO COM ROLO LISO, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. PESO OPERACIONAL DE APROXIMADAMENTE 7 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	400	R\$ 2.466,67	R\$ 986.668,00
14	CAMINHÃO MUNCK, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO DE 20 TONELADAS. DEVERÁ CONTER CESTO DE FIBRA E COM ALCANCE DE ATÉ 15 METROS PARA TRABALHOS EM ALTURA, DE ACORDO COM A NR-12. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	120	R\$ 2.846,67	R\$ 341.600,40
15	CAMINHÃO MUNCK, COM OPERADOR/MOTORISTA	Hora	700	R\$ 289,61	R\$ 202.727,00



	DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO DE 20 TONELADAS. DEVERÁ CONTER CESTO DE FIBRA E COM ALCANCE DE ATÉ 15 METROS PARA TRABALHOS EM ALTURA, DE ACORDO COM A NR-12. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
16	CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO COM CARRETA DE NO MÍNIMO 12 METROS, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 TONELADAS, CARROCERIA ABERTA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Hora	200	R\$ 453,74	R\$ 90.748,00
17	CAMINHÃO CARROCERIA PRANCHA / PLATAFORMA ABERTA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 17 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O	Hora	200	R\$ 358,00	R\$ 71.600,00



	EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
18	MINI CARREGADEIRA COM CABINE FECHADA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: COM CONCHA CARREGADEIRA, VASSOURA MECÂNICA E CAPINADEIRA. CAPACIDADE MÍNIMA NOMINAL OPERACIONAL DE 1.000 KG E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 44HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	24	R\$ 37.000,00	R\$ 888.000,00
TOTAL					R\$ 12.930.485,62 R\$ 12.173.726,14

2.1 Segue abaixo memória de cálculo para os quantitativos constantes na tabela anterior de determinados itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTDE	REFERÊNCIA
2	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA	MENSAL	48	4 TRATORES X 12 MESES
4	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE	MENSAL	48	4 CAMINHÕES X 12 MESES
6	MÁQUINA MOTONIVELADORA	MENSAL	24	2 MOTONIVELADORAS X 12 MESES
7	MÁQUINA MOTONIVELADORA	MENSAL	12	1 MOTONIVELADORAS X 12 MESES
10	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	MENSAL	24	2 ESCAVADEIRAS X 12 MESES



18	MINI CARREGADEIRA	MENSAL	24	2 MINI CARREGADEIRA X 12 MESES
----	-------------------	--------	----	-----------------------------------

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme informações constantes no Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 O Plano de Contratações Anual está sendo instituído e elaborado no Município de Navegantes/SC neste ano de 2024.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

5.1 Requisitos mínimos necessários ao atendimento da necessidade

A pretendida contratação se configura como uma modalidade comum, visto que envolve a locação de máquinas pesadas, além da disponibilização de mão de obra especializada, incluindo operadores e motoristas e transporte, quando necessário. Ademais, abrange o fornecimento de combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva.

Vale ressaltar que todo o planejamento e cronograma para a execução desses serviços serão fornecidos pela secretaria competente, não considerando o tempo de deslocamento do maquinário até a sede da Secretaria ou local de prestação do serviço.

O horário previsto para a prestação de serviços será o compreendido das 7:00 ao 12:00 e das 13:30 às 16:30 ou outro horário a ser indicado, com possibilidade de trabalho nos finais de semana e feriados, de acordo com a demanda da Secretaria de Obras.

Ademais, segue abaixo especificação técnica dos maquinários que se pretende contratar:

- **Caminhão pipa:**
 - a) Capacidade mínima do tanque de 15.000 litros;
 - b) Potência mínima de 170 cavalos;
 - c) Acessórios: rabo de pavão, irrigador traseiro, mangueira de combate à incêndio, carretel mangotinho, canhão monitor, bico de pato e pinhão rotativo;
 - d) Barra irrigadora traseira com alcance até 4 metros;





- e) Deverá ter no máximo 10 anos de uso;
- f) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Retroescavadeira:**
 - a) Tração 4 x 4;
 - b) Cabine fechada;
 - c) Caçamba shovel HD (*heavy duty*) com capacidade aproximada à 1m³;
 - d) Caçamba bucket GP (*general purpose*) com capacidade aproximada à 0,07 m³;
 - e) Caçamba bucket GP (*general purpose*) com capacidade aproximada à 0,25 m³
 - f) Garfo paleteiro;
 - g) Deverá ter no máximo 10 anos de uso;
 - h) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Caminhão com caçamba basculante:**
 - a) Capacidade de carga mínima de 12 m³;
 - b) Tração 6 x 4;
 - c) Potência mínima de 220 cavalos;
 - d) Tampa traseira tipo porteira com travamento automático;
 - e) Faixas refletivas;
 - f) Equipado com tela de segurança;
 - g) Deverá ter no máximo 10 anos de uso;
 - h) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Motoniveladora:**
 - a) Peso operacional mínimo de 18.000 kg;
 - b) Potência mínima de 220 HP;
 - c) Equipamento deverá ser emplacado;
 - d) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Escavadeira:**
 - a) Capacidade operacional de no mínimo 18.000 kg;
 - b) Potência bruta mínima de 220 HP;
 - c) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Trator compactador:**
 - a) Vibratório autopropulsado com rolo liso;
 - b) Peso operacional de aproximadamente 3 toneladas;
 - c) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Caminhão munck:**
 - a) Capacidade de carga de no mínimo 20 toneladas;
 - b) Cesto de fibra com alcance de até 15 metros para trabalho em altura, de acordo com NR-12;
 - c) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Caminhão cavalo mecânico com carreta:**
 - a) Carreta de no mínimo 12 metros;





- b) Capacidade mínima de 25 toneladas;
- c) Carroceria aberta;
- d) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Caminhão prancha:**
 - a) Carroceria aberta;
 - b) Capacidade mínima de 17 toneladas;
 - c) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Mini carregadeira:**
 - a) Cabine fechada;
 - b) Acessórios: concha carregadeira, vassoura mecânica e capinadeira;
 - c) Capacidade mínima nominal operacional de 1.000 kg;
 - d) Potência mínima de 44 HP;
 - e) Deverá possuir rastreador/GPS.

Por fim, os maquinários deverão estar devidamente identificados com adesivo padronizado pelo Município de Navegantes/SC (conforme imagem abaixo), nas dimensões de 30 x 40 cm.



5.2 Fabricação e substituição dos maquinários

É necessário que a empresa contratada esteja preparada para substituir qualquer maquinário que, por qualquer motivo, fique impossibilitado de desempenhar os serviços. Tal ação é imprescindível para manter o cronograma de prestação de serviços de forma ininterrupta e eficiente.

A substituição ágil e eficaz desses maquinários e equipamentos assegura que as operações desempenhadas por esta Secretaria não sejam interrompidas, de forma a minimizar qualquer impacto negativo à população e atividades locais.





Ademais, as máquinas previstas nos itens 1, 2, 3, 4 e 5 deverão ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação, e acaso seja necessário a substituição, por qualquer motivo, deverá ser realizada em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

5.3 Equipamentos de proteção individual - EPI

Todos os operadores e motoristas deverão ser instruídos, bem como fazer o devido uso dos EPI's necessários e adequados à sua segurança, durante o desempenho de suas atividades. Cabendo a empresa contratada a entrega e capacitação dos funcionários para o uso adequado à função a ser desempenhada, além de exigir o seu uso, de acordo com a NR- 6.

Ademais, a listagem de EPI's deverá ser repassada ao Município, especialmente ao fiscal de contrato de forma que viabilize o acompanhamento.

Item	Maquinário	EPI's obrigatórios
1	Caminhão pipa	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
2, 3	Retroescavadeira	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
4, 5	Caminhão com caçamba basculante	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
6, 7, 8, 9	Motoniveladora	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
10, 11	Escavadeira hidráulica	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).





12, 13	Trator compactador	<ul style="list-style-type: none">• Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação;• Colete refletor;• Protetor auricular;• Capacete;• Óculos de proteção;• Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
14, 15	Caminhão munck	<ul style="list-style-type: none">• Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação;• Colete refletor;• Protetor auricular;• Capacete, a depender do caso;• Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
16	Caminhão tipo cavalo mecânico	<ul style="list-style-type: none">• Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação;• Colete refletor;• Protetor auricular;• Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
17	Caminhão carroceria prancha	<ul style="list-style-type: none">• Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação;• Colete refletor;• Protetor auricular;• Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
18	Mini carregadeira	<ul style="list-style-type: none">• Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação;• Colete refletor;• Protetor auricular;• Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).

Além da listagem acima, é imprescindível a disposição de protetor solar a todos os funcionários.

Ademais, acaso seja necessário algum tipo de função manual é necessário a utilização de luva de proteção de vaqueta, e nos casos em que não tenha incidência solar é necessário a utilização de óculos de proteção com lente transparente.

E ainda, na situação em que seja necessário o motorista ou operador descer do maquinário ou caminhão e que haja risco de cair algo sobre sua cabeça é imprescindível o uso de capacete.





Por fim, indispensável a utilização de uniforme padrão e crachá de identificação.

5.4 Padrões mínimos de qualidade

Esta Secretaria de Obras, como órgão executor no Município, tem por finalidade implementar ações de planejamento operacional, execução e manutenção de prédios públicos e infraestruturas urbanas, incluindo drenagem e manejo das águas pluviais, administração do cemitério municipal, pavimentação e conservação das vias e logradouros públicos, execução de serviços de manutenção das praças e jardins, manutenção e efficientização da iluminação pública e outras atividades correlatas.

Deste modo, é imperiosa a contratação com caráter continuado, visto que o serviço a ser desempenhado é voltado para o atendimento das necessidades públicas permanentes, cujo contrato não se exaure com uma única prestação dos serviços, já que estes são cotidianamente requisitados.

Vale destacar que eventual paralisação na prestação dos serviços pode ocasionar danos e prejuízos à Administração Pública, tendo em vista a habitualidade e essencialidade da contratação, de forma que se busca assegurar as atividades finalísticas.

Por fim, é necessário que os maquinários a serem apresentados na prestação do serviço sejam devidamente cobertos por seguro integral do maquinário.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 É permitida a subcontratação somente em caso de necessidade de manutenção ou reparo em algum dos itens objetos deste contrato, desde que observadas todas as exigências previstas abaixo, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá transmitir à subcontratada todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar sua execução.

6.2 A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação pela CONTRATANTE, em relação à documentação exigida no subitem 6.10.

6.3 Acaso seja autorizada a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes do início das atividades da subcontratada, o contrato firmado entre as partes e a documentação referente às condições de habilitação da subcontratada, as quais estão previstas no subitem 6.10.

6.4 Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo ou de forma incorreta, da documentação da subcontratada ou do item subcontratado pela CONTRATADA, que acarretem prejuízos ao prazo de conclusão de serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a penalidade aplicável, nos termos do contrato.

6.5 Durante o período da subcontratação, a subcontratada deverá manter vigente as condições iniciais de regularidade fiscal, previdenciária e técnica.





6.6 A substituição pela CONTRATADA da subcontratada, já anteriormente aprovada e autorizada, dependerá da prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo as empresas substitutas apresentarem as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital e anexos.

6.7 A CONTRATADA deverá incluir no contrato que vier a celebrar para eventual subcontratação, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

6.8 Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os serviços, serão impugnados pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA e à empresa subcontratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.

6.9 Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso do objeto deste edital, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

6.10 Da apresentação das documentações das subcontratadas:

- a) Contrato firmado entre a CONTRATADA e subcontratada;
- b) Carteira de habilitação do motorista que fará o traslado;
- c) Certificado de Registro e Licenciamento do veículo a ser utilizado;
- d) Cópia do contrato social da empresa;
- e) Comprovação de que o motorista integra o quadro permanente da subcontratada, que deverá ser feito mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato Social;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou da cédula de identidade, quando pessoa física;
- g) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais, dívida ativa da união e contribuições sociais;
- h) Certidão negativa de débitos estaduais, da sede da subcontratada;
- i) Certidão negativa de débitos municipais da sede da subcontratada;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS;
- k) Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei n. 12.440/2011.

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1 DO PESSOAL DA CONTRATADA:

7.1.1 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, equipamentos de proteção e segurança (EPI's), encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras formas que forem devidas aos seus representantes no desempenho da prestação de serviços de locação de máquinas com ou sem motoristas/operadores, objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício para com os mesmos;





7.1.2 A fiscalização terá direito de exigir a substituição do maquinário a qualquer momento, sendo que a CONTRATADA deverá acatá-la dentro de até 24 (vinte e quatro) horas, de prepostos da contratada, cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço;

7.1.3 Disponibilizar funcionários devidamente capacitados e qualificados para operar máquinas, equipamentos e implementos, em conformidade com a legislação vigente.

7.1.4 O Operador pertencente ao pessoal da CONTRATADA deverá ter experiência comprovada referente ao equipamento a ser operado.

- a) O operador deverá comprovar a experiência em carteira de habilitação (CNH), não bastando apenas cursos e certificados;
- b) Além de habilitado, o operador deverá conter curso(s) específico(s) de capacitação referente à máquina que irá operar.
- c) Deverá apresentar cópia do certificado;

7.1.5 Utilizar os EPI's, conforme estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

7.1.6 A jornada de trabalho será de acordo com o cronograma da Secretaria solicitante, respeitando, no máximo, 08 (oito) horas diárias de trabalho.

7.1.6.1 Para os equipamentos com a locação mensal o turno de trabalho deverá ser de 44 horas semanais.

7.1.7 A CONTRATADA deverá acompanhar, no mínimo, o horário de expediente da secretaria solicitante, excetuado os casos em que for definido horário de serviço diferenciado.

7.1.8 Usar, obrigatoriamente, uniformes de identificação.

7.1.9 O operador/motorista deverá respeitar todas as normas de trânsito ao dirigir o maquinário;

7.1.10 O operador/motorista não poderá utilizar objetos de adorno e qualquer tipo de aparelhos com fones de ouvido durante os serviços realizados para a Secretaria solicitante.

7.1.11 A CONTRATANTE não contabilizará o tempo de deslocamento da sede da CONTRATADA até o local indicado pelas Secretarias, Fundos e Fundações, sendo contabilizado para fins de pagamento apenas as horas de fato trabalhadas.

7.1.12 O COMBUSTÍVEL SERÁ DE INTEGRAL RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA.

7.1.13. PARA O USO DO EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA QUANDO FOR PARA EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE VALA NA AV. RADIAL, A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA, 2 (DOIS) AUXILIARES PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

7.2 DO LOCAL E/OU TÉRMINO DO TRABALHO: A CONTRATADA deverá:

7.2.1 Disponibilizar, durante o trabalho, todos os recursos necessários à prestação de primeiros socorros a acidentados;

7.2.2 Possuir junto ao maquinário acessórios de sinalização de trânsito adequados.

7.2.3 A CONTRATADA deverá descarregar o caminhão basculante no mesmo dia do seu carregamento. Dessa forma é expressamente vedado permanecer com o caminhão carregado de um dia para o outro.





7.3 DOS VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS: A CONTRATADA deverá:

- 7.3.1 Utilizar e manter os maquinários em perfeitas condições de uso e que correspondam às normas de segurança do trabalho.
- 7.3.2 Usar somente maquinários adequados a cada finalidade.
- 7.3.3 Instruir e treinar os empregados para utilização segura e adequada das máquinas e ferramentas.

7.4 DO PLANEJAMENTO, FREQUÊNCIA E HORÁRIO:

7.4.1 Os serviços prestados de locação de máquinas com motorista/operador (horas/diária/mensal), serão realizados de acordo com o Cronograma e Programação de horários feitos pela secretaria solicitante, que serão fornecidos à CONTRATADA antes de cada serviço.

7.4.2 O horário de serviços pode ser estendido, inclusive nos finais de semana e/ou feriados ou ainda em caso de EMERGÊNCIA.

7.4.3 Os serviços de locação de máquinas com motorista/operador (horas/ diária/mensal), deverão ser prestados nos locais em que a secretaria solicitante designar.

7.4.4 A CONTRATADA deverá obedecer ao Cronograma disposto pela secretaria solicitante, podendo ocorrer, quando necessário, alterações no mesmo.

7.4.5 O abastecimento de combustível no(s) maquinário(s) será de total responsabilidade da CONTRATADA, inclusive seu custo e retirada para abastecimento.

7.4.6 Em caso de não utilização dos maquinários por conta de situações extraordinárias, nas quais não serão utilizados os maquinários por motivos maiores e impeditivos, haverá desconto do(s) dia(s) não utilizado(s) na nota fiscal de pagamento em valor proporcional.

7.4.7 Para o caso acima descrito, o desconto deverá ser identificado e justificado mediante relatório da fiscalização da Secretaria de Obras de Navegantes, e o mesmo deverá ser aplicado na Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA para pagamento.

7.4.8 Fatores impeditivos/extraordinários que podem ocasionar desconto proporcional à diária:

- a) Em caso de não fornecimento do maquinário pela CONTRATADA, quando solicitado pela Secretaria solicitante.
- b) Em caso da CONTRATADA não executar o serviço até o horário final, previamente estipulado.

7.4.9 Em caso de falta do equipamento, em virtude de quebras, manutenções, ou outro motivo que o impeça de executar os serviços, o maquinário deverá ser substituído em no máximo 24 horas, não comprometendo assim a execução dos serviços.

7.4.10 Todos os veículos deverão estar em estado de conservação compatível com o uso adequado, sujeito a inspeção e aprovação técnica por servidor a ser designado pela Secretaria solicitante.





8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

8.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

8.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

8.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

9. VISTORIA

9.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

10.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.2 Início da execução do objeto: 03 dias da solicitação de fornecimento.

10.2.1 A execução dos serviços será realizada de forma parcelada e a forma de execução será indireta, de acordo com as necessidades do município de navegantes/SC.

Local e horário da prestação dos serviços

10.3 Os serviços serão prestados nos locais, situados no município de Navegantes, que serão oportunamente informados pela Secretaria Solicitante.

Especificação da garantia do serviço:

10.4 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.4.1 Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela CONTRATANTE, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

10.4.2 As empresas vencedoras dos serviços serão responsáveis pela substituição, troca ou reposição dos serviços porventura entregues não compatíveis com as especificações do edital.

10.4.3 Durante o prazo de garantia dos serviços prestados o prestador de serviços fica obrigado a substituir os serviços incompatíveis no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

10.4.4 Os serviços executados deverão estar em plena conformidade com as normas vigentes do Ministério do Trabalho, obedecendo e respeitando toda a legislação brasileira dos direitos do consumidor, particularmente o "Código de Defesa do Consumidor", nos termos da Lei n. 8.078/1990.

10.5 Procedimento de transição e finalização do contrato:





10.5.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto:

11.6 A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

11.7 A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

11.8 A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização:

11.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

11.10 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





11.11 O fiscal do contrato anotar  no hist3rico de gerenciamento do contrato todas as ocorr4ncias relacionadas à execu7 o do contrato, com a descri7 o do que for necessário para a regulariza7 o das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n  14.133, de 2021, art. 117,  1 );

11.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notifica7 es para a corre7 o da execu7 o do contrato, determinando prazo para a corre7 o.

11.13 O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situa7 o que demandar decisão ou ado7 o de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.14 No caso de ocorr4ncias que possam inviabilizar a execu7 o do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato

11.15 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renova7 o ou   prorroga7 o contratual.

11.16 O fiscal do contrato verificará a manuten7 o das condi7 es de habilita7 o da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formaliza7 o de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobat3rios pertinentes, caso necessário.

11.17 Caso ocorra descumprimento das obriga7 es contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solu7 o do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as provid4ncias cab4veis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor Do Contrato:

11.18 O gestor do contrato coordenar  a atualiza7 o do processo de acompanhamento e fiscaliza7 o do contrato contendo todos os registros formais da execu7 o no hist3rico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de servi7 o, do registro de ocorr4ncias, das altera7 es e das prorroga7 es contratuais, elaborando relat3rio com vistas à verifica7 o da necessidade de adequa7 es do contrato para fins de atendimento da finalidade da administra7 o.

11.19 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorr4ncias relacionadas à execu7 o do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso,   autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.20 O gestor do contrato acompanhará a manuten7 o das condi7 es de habilita7 o da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar  os problemas que obstem o fluxo normal da liquida7 o e do pagamento da despesa no relat3rio de riscos eventuais.

11.21 O gestor do contrato emitirá documento comprobat3rio da avalia7 o realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obriga7 es assumidas pelo contratado, com men7 o ao seu desempenho na execu7 o contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obriga7 es.





11.22 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.23 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.24 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1 A avaliação da execução do objeto se dará através do envio do relatório fotográfico, relatório contendo os serviços executados pelo maquinário e relatório de acompanhamento do GPS veicular.

Liquidação:

12.2 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.3 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, e documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

Prazo De Pagamento:

12.7 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal.





12.8 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.10.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.11 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.12 Não haverá pagamento antecipado.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Critérios De Aceitabilidade De Preços:

13.2 Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

13.2.1 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

Exigências De Habilitação:

13.3 Conforme art. 65 da lei n. 14.133/2021 as condições de habilitação serão definidas em edital.

Habilitação Jurídica:

13.4 A habilitação jurídica será de acordo com o art. 66 da lei n. 14.133/2021.





Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista:

13.5 As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas conforme art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

Qualificação Econômico-Financeira:

13.6 A comprovação financeira será feita de acordo com o art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

Qualificação Técnica:

13.7 A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

13.8 Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (da empresa licitante) emitido por órgão de direito público ou privado compatível em característica com o objeto da licitação.

Obs.: Não será considerado/aceito Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa ou do Grupo Econômico participante do certame.

13.9 O Operador pertencente ao pessoal da CONTRATADA deverá comprovar que está habilitado na Categoria, através de cópia da carteira de habilitação (CNH), e deverá conter curso(s) específico(s) de capacitação referente à máquina que irá dirigir. A comprovação se dará através da cópia do certificado;

Item	Maquinário	Categoria
1	Caminhão pipa	Categoria C
2,3	Retroescavadeira	Categoria C
4, 5	Caminhão com caçamba basculante	Categoria C
6, 7, 8, 9	Motoniveladora	Categoria C
10, 11	Escavadeira hidráulica	Categoria C
12	Trator compactador de 3 toneladas	Categoria B
13	Trator compactador de 7 toneladas	Categoria C
14, 15	Caminhão munck	Categoria C
16	Caminhão tipo cavalo mecânico	Categoria E
17	Caminhão carroceria prancha	Categoria E
18	Mini carregadeira	Categoria B





13.10 A Licitante participante deverá apresentar documentação, comprovando que possui os veículos a serem locados, objetos do edital (conforme item cotado), através de documentação dos mesmos, tais como: Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo/RENAVAN (para casos aplicáveis e exigíveis pelas Leis vigentes), ou Contrato de Compra e Venda, ou Nota fiscal de Aquisição do veículo.

Obs: Todas as cópias deverão estar devidamente autenticadas/registradas (conforme o caso);

13.11 Caso a Licitante participante não apresente ou não possua os veículos cotados no momento do Certame (conforme Item 13.10 acima), deverá anexar aos documentos da Habilitação, DECLARAÇÃO devidamente datada e assinada pelo responsável, informando que possuirá os veículos (itens cotados) no prazo máximo de 05 (cinco) dias uteis após a Homologação do Processo Licitatório e que os mesmos estarão à disposição do Município de Navegantes/SC, quando solicitados pela Secretaria competente;

13.11.1 As Declarações inverídicas serão passíveis de sanções administrativas, penalidades vigentes e desclassificação da Licitante Vencedora;

13.11.2 O profissional deverá fazer parte do quadro da Licitante participante na data prevista para entrega da Proposta de Preços, sendo que a comprovação de vínculo se dará da seguinte forma:

- a) Se empregado, através de cópia autenticada do Registro da Carteira de trabalho e Ficha de registro, comprovando que o mesmo ainda faz parte do quadro atual;**
- b) Se Prestador de Serviços, através de contrato de Prestação de Serviços vigente;**
- c) Se Sócio da empresa, através de cópia autenticada do contrato social, registrado na Junta Comercial (se apresentar no Credenciamento, não precisará repetir na Habilitação).**

Obs.: Não será considerado/aceito Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria empresa participante do certame.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 12.930.485,62 (doze milhões, novecentos e trinta mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

14.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.2.2 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;





14.2.3 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.2.4 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

14.2.5 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária n. 142/2024.

16. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1 São obrigações do município:

- a) Fiscalizar e controlar a qualidade e quantidade dos serviços executados;
- b) Efetuar o pagamento dos serviços executados na época de sua exigibilidade;
- c) Rejeitar os serviços que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;
- d) Aplicar à(s) CONTRATADA(S) as sanções administrativas previstas na legislação vigente;
- e) O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- b) Manter, durante o contrato, todas as exigências contidas no Empenho bem como no Edital;
- c) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, Previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho.
- b) Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados à União, Estado, Município ou a terceiros, em razão de execução dos serviços.
- d) **Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Navegantes/SC e Secretarias Solicitantes, para efetivação dos pedidos durante o período contratual.**
- e) Os serviços deverão ser prestados/executados em perfeitas condições de uso/utilização.
- g) Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto contratual, inclusive o frete para transporte dos materiais, quando houver;





- h) Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto neste contrato;
- i) Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega do serviço em questão;
- j) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.
- k) O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados.
- l) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os serviços, recusados na fase de recebimento;
- m) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços contratados;
- n) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- o) A CONTRATADA deverá descarregar o caminhão basculante no mesmo dia do seu carregamento. Dessa forma é expressamente vedado permanecer com o caminhão carregado de um dia para o outro.**

17.2 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento/abastecimento do combustível nos veículos, necessários para a prestação e/ou execução dos serviços;

17.3 Identificar os maquinários/veículos/equipamentos com o material padronizado pelo Município de Navegantes/SC;



Figura 1 - Dimensões: 30x40 cm

17.4 Os veículos e as máquinas deverão estar a Serviço da Secretaria Solicitante em tempo integral e possuir a devida identificação padronizada pelo Município.





17.5 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento do profissional motorista/operador, para os itens em que for exigido.

17.6 O veículo que for destinado para a Prestação dos Serviços, objeto desta licitação, somente

poderá ser substituído por outro veículo nas mesmas condições que o apresentado anteriormente ou em melhores condições (ver ano de fabricação, especificação na descrição do Item), sujeitos à aprovação dos gestores da Pasta.

17.7 O veículo deverá estar assegurado contra colisão a terceiros, incêndio e roubo, abrangendo danos pessoais e materiais, incluindo seus ocupantes (apólice de seguro contra acidentes pessoas e terceiros) e Comprovante de pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT do(s) veículo(s) utilizado(s) no(s) roteiro(s) cotado(s).

17.8 Prestar os serviços de locação, com eficiência e pontualidade, observadas as disposições do Contrato e do Termo de Referência.

17.9 Manter os seus profissionais identificados, quando em serviço, devendo substituir imediatamente qualquer deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e as mesmas disciplinares da CONTRATANTE.

17.10 Arcar com as multas decorrentes de qualquer infração.

17.11 A CONTRATADA deverá apresentar a comprovação de que o motorista do veículo está apto a dirigi-los. A comprovação deverá ser feita através de habilitação (CNH) de acordo com a capacidade/categoria dos mesmos.

17.12 Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e maquinários; entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante e corretiva àquelas relacionadas à mecânica, elétrica, eletrônica, suspensões, entre outras relativas aos veículos e aos maquinários, **inclusive socorro mecânico com guincho**, de acordo com as necessidades, nos intervalos entre as manutenções preventivas.

17.13 Em relação à manutenção preventiva, informar a Secretaria solicitante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência de que a mesma será realizada.

17.14 Responsabilizar-se pelo motorista devidamente habilitado e experiente na condução do maquinário para a realização da prestação dos serviços de locação de máquinas utilizando equipamentos de EPIs necessários.

17.15 No que tange a revisão/manutenção dos maquinários, a CONTRATADA será responsável pela reposição de peças e qualquer tipo de manutenção que envolva o objeto ora licitado, inclusive no que se refere ao licenciamento do maquinário.

17.16 Compete a CONTRATADA fornecer obrigatoriamente aos seus empregados, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), necessários e adequados a realização dos serviços de locação prestados, de modo que a CONTRATANTE se exime de quaisquer indenizações e outras ocorrências que forem devidas aos seus representantes no desempenho dos serviços, objeto do Contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício para com os mesmos.

17.17 É de responsabilidade da CONTRATADA todos os valores e encargos referentes ao Seguro Total, Licenciamento, IPVA, Manutenção (Mecânica, elétrica, pneus, etc...), e as





revisões de fábrica, para os veículos e quaisquer outros impostos decorrentes da propriedade dos mesmos e das máquinas.

17.18 Caberá a CONTRATADA disponibilizar o maquinário ao Município de Navegantes em até 03 (três) dias após a emissão do empenho.

17.19 O maquinário apresentado para a prestação de serviços deverá estar em perfeitas condições de uso, atendendo as necessidades da Secretaria solicitante, conforme especificação descrita na Relação do Item cotado.

17.20 O maquinário deverá estar em estado de conservação compatível com o uso adequado, sujeito a inspeção e aprovação técnica por servidor a ser designado pela Secretaria solicitante.

17.21 Cumprir fielmente o que estipula as cláusulas contratuais.

17.22 A CONTRATADA se comprometerá a executar os serviços de locação máquinas, objeto desta licitação, de acordo com as instruções da Secretarias, Fundos ou Fundações Solicitante.

17.23 É absolutamente vedado, por parte do pessoal da CONTRATADA, a execução de serviços que não sejam objeto do Edital.

17.24 A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos com dispositivos GPS – Sistema de Posicionamento Global e rastreamento dos veículos em tempo real *via internet*, mantendo registro do percurso, possibilitando maior controle e fiscalização da Contratante.

17.25 Os equipamentos locados serão vistoriados por funcionário designado pela Secretarias Solicitante.

17.26 Para os equipamentos com a locação mensal o turno de trabalho deverá ser de 44 horas semanais.

Navegantes (SC), 16 de fevereiro de 2024.

ROBERTO M. FERREIRA
Secretário de Obras e Serviços Municipais





ANEXO I – A ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A locação de maquinários é imprescindível para a Administração Pública haja vista a manutenção e desempenho de atividades e serviços essenciais desenvolvidos pela Secretaria de Obras. Ademais, cabe salientar que o quadro de maquinários e operadores desta Secretaria não supre todas as demandas, de forma que a locação traz eficiência, agilidade e eficácia, além de manter a continuidade dos serviços prestados.

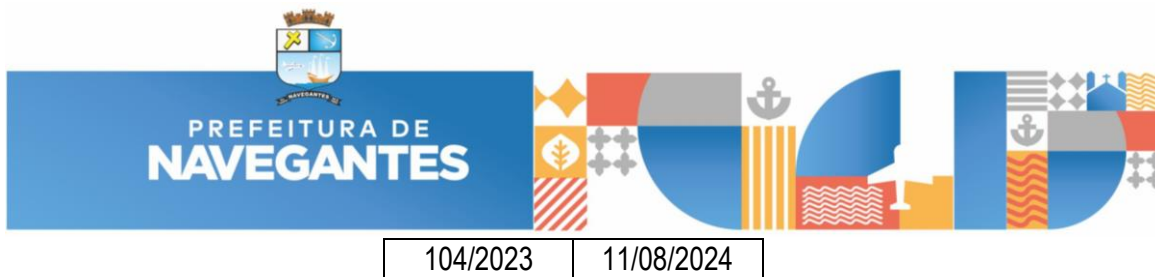
Segue abaixo as atividades desempenhadas pelos maquinários que se pretende contratar:

- **Caminhão pipa:** será utilizado nas atividades de lavagem das ruas e praças, auxilia no assentamento e adensamento de materiais granulares das vias do interior que não contemplam pavimentação e auxilia na manutenção das vias.
- **Retroescavadeira:** exercerá inúmeras e diversificadas atividades em razão da sua versatilidade, tais quais: demolições, transporte de materiais, escavações, quebra de asfalto e manutenção de estrada rurais.
- **Caminhão com caçamba basculante:** será utilizado para o transporte de resíduos provenientes das obras e limpeza urbana, além do carregamento de diversos materiais.
- **Motoniveladora:** auxiliará nas correções, terraplanagem e nivelamento das vias não pavimentadas, bem como na preparação daquelas que irão ser pavimentadas.
- **Escavadeira hidráulica:** auxiliará na preparação do solo, escavação e remoção de entulho em locais de difícil alcance, otimiza o tempo de atividades e obras devido a sua maior capacidade de transporte de materiais.
- **Trator compactador:** será utilizado na compactação de solo em geral, como areia, asfalto, cascalho, bases e sub-bases e no recapeamento asfáltico.
- **Caminhão munck:** será utilizado para trabalhos em altura, além do suporte ao trabalhador na altura, a plataforma agiliza as atividades em obra, como na elevação de materiais, peças e o próprio colaborador, devido ao seu longo alcance.
- **Caminhão cavalo mecânico com carreta:** auxiliará no transporte de materiais e equipamentos de grande porte.
- **Caminhão prancha:** será utilizado para o transporte de maquinários.
- **Mini carregadeira:** será utilizada na limpeza urbana, especialmente durante a finalização da obra.

Cumpra esclarecer que a pretendida contratação é a unificação de 3 (três) processos licitatórios vigentes, quais sejam:

Processo	Vigência
37/2023	24/04/2024
78/2023	03/04/2024





104/2023

11/08/2024

A unificação dos processos se justifica pela efficientização da gestão e fiscalização. Ademais, mesmo com o prazo de vigência mais estendido do processo n. 104/2023, optou-se por incluí-lo neste processo, pois, determinados itens estão com saldos prestes a se findar, dessa forma evita-se que o Município fique sem o serviço destes maquinários.

Ademais, cumpre explicar que nos maquinários em que há mais de uma unidade de medida, como o caso da retroescavadeira, caminhão basculante, motoniveladora e escavadeira, uma das unidades de medida é para suprir a demanda em caso de urgência e emergência.

Cita-se o caso da escavadeira, a qual há a previsão de prestação de serviço mensal e diária. Neste caso, a mensal é a unidade de medida padrão sendo a mais utilizada, enquanto a diária seria uma previsão para suprir demanda emergencial ou urgente que venha surgir.

Por fim, tendo em vista a impossibilidade de prever o quantitativo que de fato será utilizado em determinados itens, haja vista que dependem de fatores externos e supervenientes que chegam a esta Secretaria, optou-se pela escolha do Registro de Preço.

A escolha a este procedimento também se deu em razão da licitação ocorrer por item e não por lote, de forma a ampliar a competição, dessa forma não é viável a formalização em contrato, pois uma única empresa pode ser vencedora de itens amplamente utilizados e itens que estão previstos para o caso de emergências e urgências, os quais não há previsão de quantitativo a ser utilizado.

Desse modo, é viável aguardar a homologação do processo e verificar as atas de registro de preço em que são viáveis a formalização em contrato.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Plano de Contratações Anual está sendo instituído e elaborado no Município de Navegantes/SC neste ano de 2024.

3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

3.1 Requisitos mínimos necessários ao atendimento da necessidade

A pretendida contratação se configura como uma modalidade comum, visto que envolve a locação de máquinas pesadas, além da disponibilização de mão de obra especializada, incluindo operadores e motoristas e transporte, quando necessário. Ademais, abrange o fornecimento de combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva.

Vale ressaltar que todo o planejamento e cronograma para a execução desses serviços serão fornecidos pela secretaria competente, não considerando o tempo de deslocamento do maquinário até a sede da Secretaria ou local de prestação do serviço.

O horário previsto para a prestação de serviços será o compreendido das 7:00 ao 12:00 e das 13:30 às 16:30 ou outro horário a ser indicado, com possibilidade de trabalho nos finais de semana e feriados, de acordo com a demanda da Secretaria de Obras.





Ademais, segue abaixo especificação técnica dos maquinários que se pretende contratar:

• **Caminhão pipa:**

- a) Capacidade mínima do tanque de 15.000 litros;
- b) Potência mínima de 170 cavalos;
- c) Acessórios: rabo de pavão, irrigador traseiro, mangueira de combate à incêndio, carretel mangotinho, canhão monitor, bico de pato e pinhão rotativo;
- d) Barra irrigadora traseira com alcance até 4 metros;
- e) Deverá ter no máximo 10 anos de uso;
- f) Deverá possuir rastreador/GPS.

• **Retroescavadeira:**

- a) Tração 4 x 4;
- b) Cabine fechada;
- c) Caçamba shovel HD (*heavy duty*) com capacidade aproximada à 1m³;
- d) Caçamba bucket GP (*general purpose*) com capacidade aproximada à 0,07 m³;
- e) Caçamba bucket GP (*general purpose*) com capacidade aproximada à 0,25 m³
- f) Garfo paleteiro;
- g) Deverá ter no máximo 10 anos de uso;
- h) Deverá possuir rastreador/GPS.

• **Caminhão com caçamba basculante:**

- a) Capacidade de carga mínima de 12 m³;
- b) Tração 6 x 4;
- c) Potência mínima de 220 cavalos;
- d) Tampa traseira tipo porteira com travamento automático;
- e) Faixas refletivas;
- f) Equipado com tela de segurança;
- g) Deverá ter no máximo 10 anos de uso;
- h) Deverá possuir rastreador/GPS.

• **Motoniveladora:**

- a) Peso operacional mínimo de 18.000 kg;
- b) Potência mínima de 220 HP;
- c) Equipamento deverá ser emplacado;
- d) Deverá possuir rastreador/GPS.

• **Escavadeira:**

- a) Capacidade operacional de no mínimo 18.000 kg;
- b) Potência bruta mínima de 220 HP;
- c) Deverá possuir rastreador/GPS.

• **Trator compactador:**





- a) Vibratório autopropulsado com rolo liso;
 - b) Peso operacional de aproximadamente 3 toneladas;
 - c) Deverá possuir rastreador/GPS.
- **Caminhão munck:**
 - a) Capacidade de carga de no mínimo 20 toneladas;
 - b) Cesto de fibra com alcance de até 15 metros para trabalho em altura, de acordo com NR-12;
 - c) Deverá possuir rastreador/GPS.
 - **Caminhão cavalo mecânico com carreta:**
 - a) Carreta de no mínimo 12 metros;
 - b) Capacidade mínima de 25 toneladas;
 - c) Carroceria aberta;
 - d) Deverá possuir rastreador/GPS.
 - **Caminhão prancha:**
 - a) Carroceria aberta;
 - b) Capacidade mínima de 17 toneladas;
 - c) Deverá possuir rastreador/GPS.
- Mini carregadeira:**
- a) Cabine fechada;
 - b) Acessórios: concha carregadeira, vassoura mecânica e capinadeira;
 - c) Capacidade mínima nominal operacional de 1.000 kg;
 - d) Potência mínima de 44 HP;
 - e) Deverá possuir rastreador/GPS.

Por fim, os maquinários deverão estar devidamente identificados com adesivo padronizado pelo Município de Navegantes/SC (conforme imagem abaixo), nas dimensões de 30 x 40 cm.





3.2 Qualificação técnica profissional

Deverá ser exigido comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Deverá, ainda, a licitante apresentar declaração de disponibilidade de mão de obra com carteira nacional de habilitação correspondente à condução dos operadores e motoristas, expedido por órgão competente.

Os profissionais operadores e motoristas deverão possuir experiência, habilitação, cursos e certificados relativos a cada categoria profissional exigidos por lei para prestação dos serviços.

Item	Maquinário	Categoria
1	Caminhão pipa	Categoria C
2, 3	Retroescavadeira	Categoria C
4, 5	Caminhão com caçamba basculante	Categoria C
6, 7, 8, 9	Motoniveladora	Categoria C
10, 11	Escavadeira hidráulica	Categoria C
12	Trator compactador de 3 toneladas	Categoria B
13	Trator compactador de 7 toneladas	Categoria C
14, 15	Caminhão munck	Categoria C
16	Caminhão tipo cavalo mecânico	Categoria E
17	Caminhão carroceria prancha	Categoria E
18	Mini carregadeira	Categoria B

3.3 Fabricação e substituição dos maquinários

É necessário que a empresa contratada esteja preparada para substituir qualquer maquinário que, por qualquer motivo, fique impossibilitado de desempenhar os serviços. Tal ação é imprescindível para manter o cronograma de prestação de serviços de forma ininterrupta e eficiente.

A substituição ágil e eficaz desses maquinários e equipamentos assegura que as operações desempenhadas por esta Secretaria não sejam interrompidas, de forma a minimizar qualquer impacto negativo à população e atividades locais.

Ademais, as máquinas previstas nos itens 1, 2, 3, 4 e 5 deverão ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação, e acaso seja necessário a substituição, por qualquer motivo, deverá ser realizada em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

3.4 Equipamentos de proteção individual - EPI

Todos os operadores e motoristas deverão ser instruídos, bem como fazer o devido uso dos EPI's necessários e adequados à sua segurança, durante o desempenho de suas atividades. Cabendo a empresa contratada a entrega e capacitação dos funcionários para o uso adequado à função a ser desempenhada, além de exigir o seu uso, de acordo com a NR- 6.



Ademais, a listagem de EPI's deverá ser repassada ao Município, especialmente ao fiscal de contrato de forma que viabilize o acompanhamento.

Item	Maquinário	EPI's obrigatórios
1	Caminhão pipa	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
2, 3	Retroescavadeira	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
4, 5	Caminhão com caçamba basculante	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
6, 7, 8, 9	Motoniveladora	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
10, 11	Escavadeira hidráulica	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
12, 13	Trator compactador	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Capacete; • Óculos de proteção;

		<ul style="list-style-type: none"> • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
14, 15	Caminhão munck	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Capacete, a depender do caso; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
16	Caminhão tipo cavalo mecânico	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
17	Caminhão carroceria prancha	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).
18	Mini carregadeira	<ul style="list-style-type: none"> • Sapatão com biqueira de aço, pvc ou conformação; • Colete refletor; • Protetor auricular; • Óculos de proteção contra raios UVA/UVB na cor fumê ou cinza (proteção solar).

Além da listagem acima, é imprescindível a disposição de protetor solar a todos os funcionários.

Ademais, acaso seja necessário algum tipo de função manual é necessário a utilização de luva de proteção de vaqueta, e nos casos em que não tenha incidência solar é necessário a utilização de óculos de proteção com lente transparente.

E ainda, na situação em que seja necessário o motorista ou operador descer do maquinário ou caminhão e que haja risco de cair algo sobre sua cabeça é imprescindível o uso de capacete.

Por fim, indispensável a utilização de uniforme padrão e crachá de identificação.

3.5 Padrões mínimos de qualidade

Esta Secretaria de Obras, como órgão executor no Município, tem por finalidade implementar ações de planejamento operacional, execução e manutenção de prédios públicos e





infraestruturas urbanas, incluindo drenagem e manejo das águas pluviais, administração do cemitério municipal, pavimentação e conservação das vias e logradouros públicos, execução de serviços de manutenção das praças e jardins, manutenção e efficientização da iluminação pública e outras atividades correlatas.

Deste modo, é imperiosa a contratação com caráter continuado, visto que o serviço a ser desempenhado é voltado para o atendimento das necessidades públicas permanentes, cujo contrato não se exaure com uma única prestação dos serviços, já que estes são cotidianamente requisitados.

Vale destacar que eventual paralisação na prestação dos serviços pode ocasionar danos e prejuízos à Administração Pública, tendo em vista a habitualidade e essencialidade da contratação, de forma que se busca assegurar as atividades finalísticas.

Por fim, é necessário que os maquinários a serem apresentados na prestação do serviço sejam devidamente cobertos por seguro integral do maquinário.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A presente aquisição se refere à contratação de serviços contínuos de locação de máquinas pesadas, incluindo mão de obra especializada em alguns itens (operadores e motoristas), bem como o fornecimento de combustível, lubrificantes, manutenção preventiva e corretiva e transporte, quando necessário.

A pesquisa de mercado foi realizada, em um primeiro momento, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e em sítios eletrônicos de outros Municípios.

Todavia, alguns itens restaram fracassados na pesquisa realizada, quais sejam: 8, 9, 11, 12, 13, 14 e 18, em razão de não localizar atas com a mesma unidade de medida ou especificação técnica, com isso, foi realizada pesquisa direta com fornecedores.

Os fornecedores escolhidos foram aqueles localizados na aba de busca do Google, dentre os fornecedores encontrados que de fato atuavam na locação de maquinários pesados. Ademais foi realizada pesquisa através do Google Maps.

Dentre os fornecedores encontrados, citam-se:

- Bravo Escavações;
- Mills;
- Lafaete;
- Kalinho;
- Renatamac;

Porém, cumpre citar que grande parte dos fornecedores encontrados nas buscas do Google, na realidade, trabalhavam com equipamentos ao invés de maquinários, como britadeira, andaime, furadeira, martelo, entre outros correlatos.

Além dos fornecedores localizados no Google, foi encaminhada solicitação de orçamento para empresas que já prestam serviço ao Município ou que já participaram de processos licitatórios anteriores.

Com isso, segue abaixo resumo de todas as empresas em que foi solicitado o orçamento e se houve retorno:



Empresa	Resposta	Obs.
Bravo Escavações	Sim	Orçamento parcial
Aluga Máquinas Sul	Sem resposta	
Lafaete	Sem resposta	
Kalinho	Negativa	
Rentamac	Sem resposta	
Eletro Técnica Centro Sul	Sim	Orçamento parcial
GV Transportes	Sim	Orçamento parcial
NAJ	Sim	Orçamento completo
Raimondi	Sim	Orçamento completo
Binhotti	Sim	Orçamento parcial
Los Borges	Sim	Orçamento parcial
Marquett	Sem resposta	
Marilene Anacleto Tomaz	Sem resposta	

Segue abaixo, resumo da pesquisa de mercado realizada junto ao PNCP, contendo os códigos id da contratação:

Caminhão pipa (hora) – localizou-se 05 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Ibirapu/ES (ata consultada em sítio eletrônico), Paulina/SP (45751435000106-1-000129/2023), Bento Gonçalves/RS (87849923000109-1-000290/2023), Governador Celso Ramos/SC e Campo Novo do Parecis/MT (24772287000136-1-000059/2023). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 83028415000109-1-000030/2023, 08741399000173-1-000059/2023, 83169623000110-1-000129/2023.

Retroescavadeira (mensal) – localizou-se 04 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Balneário Piçarras/SC (83102335000148-1-000009/2024), Escada/PE (11294303000180-1-000041/2023), Guarapuava/PR (76178037000176-1-000114/2023) e Ibirapu/ES (ata consultada em sítio eletrônico). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 83028415000109-1-000030/2023, 77877116000138-1-000080/2023, 83169623000110-1-000302/2023, 78200482000110-1-000035/2023, 76179829000165-1-000068/2023, 76206457000119-1-000020/2023, 83102434000120-1-000197/2023 e 01613120000127-1-000012/2023.

Retroescavadeira (diária) – localizou-se apenas 01 ata no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, qual seja: Rio Negrinho/SC (ata consultada em sítio eletrônico). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 83028415000109-1-000030/2023, 77877116000138-1-000080/2023, 83169623000110-1-



000302/2023, 78200482000110-1-000035/2023, 76179829000165-1-000068/2023, 76206457000119-1-000020/2023, 83102434000120-1-000197/2023, 01613120000127-1-000012/2023.

Retroescavadeira (hora) – localizou-se 05 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Capivari de Baixo/SC (ata consultada em sítio eletrônico), Florianópolis/SC (ata consultada em sítio eletrônico), Ibirapuava/ES (ata consultada em sítio eletrônico), Mondai/SC (83028415000109-1-000030/2023), Sarandi/PR (78200482000110-1-000035/2023), Santa Helena/PR (76206457000119-1-000020/2023), Presidente Getúlio (83102434000120-1-000197/2023) e Palhoça/SC (ata consultada em sítio eletrônico). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 77877116000138-1-000080/2023 e 01613120000127-1-000012/2023.

Caminhão caçamba basculante (mensal) – localizou-se 05 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Balneário Piçarras/SC (83102335000148-1-000009/2024), Ibirapuava/ES (ata consultada em sítio eletrônico), Escada/PE (11294303000180-1-000041/2023) e Guarapuava/PR (76178037000176-1-000114/2023). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 16886871000194-1-000016/2024, 01612528000184-1-000010/2024, 46341038000129-1-000082/2024, 87849923000109-1-000019/2024, 83102400000135-1-000183/2023, 88000906000157-1-000302/2023.

Caminhão caçamba basculante (diária) – localizou-se 02 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Sarandi/PR (78200482000110-1-000035/2023) e Três Barras/SC (83102400000135-1-000183/2023). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 76178037000176-1-000114/2023, 11294303000180-1-000041/2023, 16886871000194-1-000016/2024, 01612528000184-1-000010/2024, 46341038000129-1-000082/2024, 87849923000109-1-000019/2024, 76206457000119-1-000095/2023, 88000906000157-1-000302/2023.

Motoniveladora (mensal) – localizou-se 03 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Ibirapuava/ES (ata consultada em sítio eletrônico), Escada/PE (11294303000180-1-000041/2023) e Guarapuava/PR (76178037000176-1-000114/2023). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 08741399000173-1-000064/2023, 01613428000172-1-000073/2023, 45279643000154-1-000013/2023, 76105576000185-1-000105/2023, 45751435000106-1-000129/2023, 88000906000157-1-000302/2023.

Motoniveladora (diária) – não foi localizou-se atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante em especificação e unidade de medida, tendo sido consultados os seguintes processos: 76105576000185-1-000150/2023, 11294303000180-1-000041/2023, 08741399000173-1-000064/2023, 01613428000172-1-000073/2023, 45279643000154-1-





000013/2023, 76105576000185-1-000105/2023, 76178037000176-1-000114/2023, 45751435000106-1-000129/2023, 88000906000157-1-000302/2023.

Escavadeira (mensal) – localizou-se apenas 01 ata no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, qual seja: Balneário Piçarras/SC (83102335000148-1-000009/2024). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 13906409000113-1-000048/2023, 76178037000176-1-000114/2023, 82814575000102-1-000001/2024.

Escavadeira (diária) – não foi localizou-se atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante em especificação e unidade de medida, tendo sido consultados os seguintes processos: 13906409000113-1-000048/2023, 76178037000176-1-000114/2023, 82814575000102-1-000001/2024.

Escavadeira (hora) – localizou-se 05 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Paulina/SP (45751435000106-1-000129/2023), Ipumirim/SC (82814575000102-1-000001/2024), Caçador/SC (ata consultada em sítio eletrônico), Chapecó/SC (ata consultada em sítio eletrônico) e Florianópolis/SC (ata consultada em sítio eletrônico). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 13906409000113-1-000048/2023, 76178037000176-1-000114/2023, 82814575000102-1-000001/2024.

Trator compactador de 3 toneladas (diária) – não foi localizou-se atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante em especificação e unidade de medida, tendo sido consultados os seguintes processos: 76178037000176-1-000114/2023, 83102335000148-1-000009/2024, 76105576000185-1-000105/2023, 45751435000106-1-000129/2023, 01612528000184-1-000010/2024, 01612698000169-1-000002/2024, 76105576000185-1-000105/2023, 45751435000106-1-000129/2023, 01612528000184-1-000010/2024, 01612698000169-1-000002/2024.

Trator compactador de 7 toneladas (diária) – não foi localizou-se atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante em especificação e unidade de medida, tendo sido consultados os seguintes processos: 76178037000176-1-000114/2023, 83102335000148-1-000009/2024, 76105576000185-1-000105/2023, 45751435000106-1-000129/2023, 01612528000184-1-000010/2024, 01612698000169-1-000002/2024, 76105576000185-1-000105/2023, 45751435000106-1-000129/2023, 01612528000184-1-000010/2024, 01612698000169-1-000002/2024, 45301652000102-1-000074/2023.

Caminhão munck (diária) – não foi localizou-se atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante em especificação e unidade de medida, tendo sido consultados os seguintes processos: 76208487000164-1-000251/2023, 76205806000188-1-000205/2023, 01614225000109-1-000014/2023, 76208495000100-1-000018/2023, 02218683000183-1-000008/2024, 46634101000115-1-000193/2023, 82836057000190-1-000003/2023, 88587183000134-1-000035/2023, 82939380000199-1-000191/2023.

Caminhão munck (hora) – localizou-se 07 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Palotina/PR (76208487000164-1-000251/2023), Sapezal/MT





(01614225000109-1-000014/2023), Brodowski/SP (45301652000102-1-000074/2023), Garopaba/SC (82836057000190-1-000003/2023), Botocatu/SP (46634101000115-1-000193/2023), Carlos Barbosa/RS (88587183000134-1-000035/2023) e Joaçaba/SC (82939380000199-1-000191/2023). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 76205806000188-1-000205/2023, 76208495000100-1-000018/2023, 02218683000183-1-000008/2024.

Cavalo mecânico (horas) – localizou-se 04 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Ibirapu/ES (ata consultada em sítio eletrônico), Sarandi/PR (78200482000110-1-000035/2023), Rio Branco do Sul/PR (76105576000185-1-000105/2023) e Paulina/SP (45751435000106-1-000129/2023). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 01614225000109-1-000014/2023, 76178037000176-1-000114/2023.

Caminhão prancha (hora) – localizou-se 02 atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante, quais sejam: Ibirapu/ES (ata consultada em sítio eletrônico) e Tupãssi/PR (77877116000138-1-000080/2023). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos especificação e unidade de medida: 01612528000184-1-000010/2024, 82836057000190-1-000003/2023, 83028415000109-1-000030/2023, 23773012000154-1-000066/2023, 01613120000127-1-000010/2023, 76178037000176-1-000114/2023, 02367597000132-1-000027/2024, 83028415000109-1-000002/2024, 83102434000120-1-000003/2024, 82836057000190-1-000003/2023.

Mini carregadeira (mensal) – não foi localizou-se atas no PNCP em que o objeto pretendido é semelhante em especificação e unidade de medida, tendo sido consultados os seguintes processos: 82777236000101-1-000002/2024, 75771477000170-1-000128/2023, 76105576000185-1-000105/2023, 87849923000109-1-000290/2023, 04828495000100-1-000004/2023, 83102756000179-1-000023/2023 e 75771477000170-1-000128/2023.

Ademais, cumpre esclarecer que o item 3, ora retroescavadeira diária, localizou-se apenas uma única Ata do Município de Rio Negrinho/SC. Todavia, o valor constante na ata era superior ao praticado na Ata n. 104/2023 deste Município de Navegantes/SC, de forma que como forma preventiva, realizou-se pesquisa direta com os fornecedores descritos neste tópico.

Desse modo, utilizou-se os valores encontrados de forma cumulativa.

5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Segue abaixo tabela contendo os quantitativos a serem contratados:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.
------	---------------	-------	-------





1	CAMINHÃO PIPA (TANQUE) TRUCK , COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE 15.000 LT, COM FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOLICITADOS. POTENCIA MINIMA DE 170CV. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: RABO DE PAVÃO, IRRIGADOR TRASEIRO, MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO, CARRETEL, MANGOTINHO, CANHÃO MONITOR, BICO DE PATO E PINHÃO ROTATIVO, BARRA IRRIGADORA TRASEIRA COM ALCANCE DE ATÉ 4 M. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	HORA	2.000
2	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA , COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: CAÇAMBA HD COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 1 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,07 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,25 M³ E GARFO PALETEIRO. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	MENSAL	48
3	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA , COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: CAÇAMBA HD COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 1 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,07 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,25 M³ E GARFO PALETEIRO. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	DIÁRIA	250





4	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M ³ , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ SER EQUIPADO COM TRAÇÃO 6X4 E POTÊNCIA MÍNIMA DE 220CV, TAMPA TRASEIRA TIPO “PORTEIRA” COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, FAIXAS REFLETIVAS E EQUIPADO COM TELA DE SEGURANÇA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	MENSAL	48
5	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M ³ , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ SER EQUIPADO COM TRAÇÃO 6X4 E POTÊNCIA MÍNIMA DE 220CV; TAMPA TRASEIRA TIPO “PORTEIRA” COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, FAIXAS REFLETIVAS E EQUIPADO COM TELA DE SEGURANÇA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	DIÁRIA	200
6	MÁQUINA MOTONIVELADORA, SEM OPERADOR, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	MENSAL	24
7	MÁQUINA MOTONIVELADORA, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ	MENSAL	12





	ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.		
8	MÁQUINA MOTONIVELADORA, SEM OPERADOR , IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS	DIÁRIA	200
9	MÁQUINA MOTONIVELADORA, COM OPERADOR/MOTORISTA , DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	DIÁRIA	200
10	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE OPERACIONAL IGUAL OU SUPERIOR A 20 TONELADAS E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	MENSAL	24
11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE OPERACIONAL IGUAL OU SUPERIOR A 20 TONELADAS E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	DIÁRIA	300
12	TRATOR COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO COM ROLO LISO, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. PESO OPERACIONAL DE APROXIMADAMENTE 3 TONELADAS.	DIÁRIA	200





	O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.		
13	TRATOR COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO COM ROLO LISO , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. PESO OPERACIONAL DE APROXIMADAMENTE 7 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	DIÁRIA	400
14	CAMINHÃO MUNCK , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO DE 20 TONELADAS. DEVERÁ CONTER CESTO DE FIBRA E COM ALCANCE DE ATÉ 15 METROS PARA TRABALHOS EM ALTURA, DE ACORDO COM A NR-12. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	DIÁRIA	120
15	CAMINHÃO MUNCK , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO DE 20 TONELADAS. DEVERÁ CONTER CESTO DE FIBRA E COM ALCANCE DE ATÉ 15 METROS PARA TRABALHOS EM ALTURA, DE ACORDO COM A NR-12. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	HORA	700
16	CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO COM CARRETA DE NO MÍNIMO 12 METROS , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 TONELADAS, CARROCERIA ABERTA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	HORA	200
17	CAMINHÃO CARROCERIA PRANCHA / PLATAFORMA ABERTA , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 17 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	HORA	200



18	MINI CARREGADEIRA COM CABINE FECHADA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: COM CONCHA CARREGADEIRA, VASSOURA MECÂNICA E CAPINADEIRA. CAPACIDADE MÍNIMA NOMINAL OPERACIONAL DE 1.000 KG E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 44HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	MENSAL	24
----	---	--------	----

Segue abaixo memória de cálculo para os quantitativos constantes na tabela anterior de determinados itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTDE	REFERÊNCIA
2	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA	MENSAL	48	4 TRATORES X 12 MESES
4	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE	MENSAL	48	4 CAMINHÕES X 12 MESES
6	MÁQUINA MOTONIVELADORA	MENSAL	24	2 MOTONIVELADORAS X 12 MESES
7	MÁQUINA MOTONIVELADORA	MENSAL	12	1 MOTONIVELADORAS X 12 MESES
10	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	MENSAL	24	2 ESCAVADEIRAS X 12 MESES
18	MINI CARREGADEIRA	MENSAL	24	2 MINI CARREGADEIRA X 12 MESES

6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Segue abaixo tabela resumida contendo valores unitários e totais apurados oriundos da pesquisa de mercado realizada:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CAMINHÃO PIPA (TANQUE) TRUCK, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE 15.000 LT, COM FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA EXECUÇÃO DOS	Hora	2.000	R\$ 283,39	R\$ 566.780,00



	SERVIÇOS SOLICITADOS. POTENCIA MINIMA DE 170CV. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: RABO DE PAVÃO, IRRIGADOR TRASEIRO, MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO, CARRETEL, MANGOTINHO, CANHÃO MONITOR, BICO DE PATO E PINHÃO ROTATIVO, BARRA IRRIGADORA TRASEIRA COM ALCANCE DE ATÉ 4 M. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
2	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA , COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: CAÇAMBA HD COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 1 M ³ , CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,07 M ³ , CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á 0,25 M ³ E GARFO PALETEIRO. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	48	R\$ 29.713,78	R\$ 1.426.261,44
3	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA , COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO.	Diária	250	R\$ 2.213,33	R\$ 553.332,50





	DEVERÁ CONTER OS SEGUINTESEQUIPAMENTOS: CAÇAMBA HD COMCAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á1 M³, CAÇAMBA GP COMCAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á0,07 M³, CAÇAMBA GP COMCAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR Á0,25 M³ E GARFO PALETEIRO. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
4	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M³, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ SER EQUIPADO COM TRAÇÃO 6X4 E POTÊNCIA MÍNIMA DE 220CV, TAMPA TRASEIRA TIPO “PORTEIRA” COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, FAIXAS REFLETIVAS E EQUIPADO COM TELA DE SEGURANÇA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	48	R\$ 26.779,83	R\$ 1.285.431,84
5	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M³, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ SER EQUIPADO COM TRAÇÃO 6X4 E POTÊNCIA MÍNIMA DE 220CV; TAMPA TRASEIRA TIPO “PORTEIRA” COM TRAVAMENTO	Diária	200	R\$ 1.807,29	R\$ 361.458,00





	AUTOMÁTICO, FAIXAS REFLETIVAS E EQUIPADO COM TELA DE SEGURANÇA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
6	MÁQUINA MOTONIVELADORA, SEM OPERADOR , IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	24	R\$ 63.063,29	R\$ 1.513.518,96
7	MÁQUINA MOTONIVELADORA, COM OPERADOR/MOTORISTA , DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	12	R\$ 63.063,29	R\$ 756.759,48
8	MÁQUINA MOTONIVELADORA, SEM OPERADOR , IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM,	Diária	200	R\$ 2.400,00	R\$ 480.000,00





	PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS				
9	MÁQUINA MOTONIVELADORA , COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	200	R\$ 2.625,00	R\$ 525.000,00
10	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE OPERACIONAL IGUAL OU SUPERIOR A 20 TONELADAS E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	24	R\$ 54.775,00	R\$ 1.314.600,00
11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE OPERACIONAL IGUAL	Diária	300	R\$ 3.720,00	R\$ 1.116.000,00





	OU SUPERIOR A 20 TONELADAS E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
12	TRATOR COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO COM ROLO LISO , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. PESO OPERACIONAL DE APROXIMADAMENTE 3 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	200	R\$ 2.250,00	R\$ 450.000,00
13	TRATOR COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO COM ROLO LISO , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. PESO OPERACIONAL DE APROXIMADAMENTE 7 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	400	R\$ 2.466,67	R\$ 986.668,00
14	CAMINHÃO MUNCK , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO DE 20 TONELADAS. DEVERÁ CONTER CESTO DE FIBRA E COM ALCANCE DE ATÉ 15 METROS PARA TRABALHOS EM ALTURA, DE ACORDO COM A NR-12. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE	Diária	120	R\$ 2.846,67	R\$ 341.600,40





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
15	CAMINHÃO MUNCK , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO DE 20 TONELADAS. DEVERÁ CONTER CESTO DE FIBRA E COM ALCANCE DE ATÉ 15 METROS PARA TRABALHOS EM ALTURA, DE ACORDO COM A NR-12. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Hora	700	R\$ 289,61	R\$ 202.727,00
16	CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO COM CARRETA DE NO MÍNIMO 12 METROS , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 TONELADAS, CARROCERIA ABERTA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Hora	200	R\$ 453,74	R\$ 90.748,00
17	CAMINHÃO CARROCERIA PRANCHA / PLATAFORMA ABERTA , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 17 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Hora	200	R\$ 358,00	R\$ 71.600,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!

18	MINI CARREGADEIRA COM CABINE FECHADA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: COM CONCHA CARREGADEIRA, VASSOURA MECÂNICA E CAPINADEIRA. CAPACIDADE MÍNIMA NOMINAL OPERACIONAL DE 1.000 KG E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 44HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	24	R\$ 37.000,00	R\$ 888.000,00
				TOTAL	R\$ 12.930.485,62 R\$ 12.173.726,14

Cabe esclarecer que o parâmetro utilizado para compor o preço referencial foi a média saneada de preços, de acordo com entendimento do Tribunal de Compras da União, com o objetivo de se obter maior homogeneidade dos dados e do resultado apurado, de forma a descartar valores que apresentem grande variação em relação aos demais (Acórdão 9603/2023 – TCU – Primeira Câmara).

Nesse sentido, de acordo com o Acórdão 2943/2013 do TCU, “na elaboração de orçamentos destinados às licitações, deve a administração desconsiderar, para fins de elaboração do mapa de cotações, as informações relativas a empresas cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, conseqüentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado”.

Com isso, para obter um preço de referência homogêneo, utiliza-se a técnica do “coeficiente de variação, quanto menor o coeficiente, mais homogêneo o valor. Em geral, um coeficiente de variação igual ou menor que 25% indica razoável homogeneidade” (Acórdão 9603/2023 – TCU – Primeira Câmara).

Ao utilizar-se o coeficiente de variação como parâmetro, pode-se descartar os extremos inferiores e superiores e para delimitar esses extremos, calcula-se a média mais (+) o desvio padrão (limite superior) e a média menos (-) o desvio padrão (limite inferior). Desse modo, o que estiver fora dessa faixa é desconsiderado.

Para realização do cálculo, utilizou-se fórmulas no Excel conforme se verifica abaixo:

Desvio padrão	[=DESVPAD(coluna:coluna)]
----------------------	----------------------------------





Coeficiente de variação (%)	[=desvio padrão / média x 100]
Limite inferior	[=média – desvio padrão]
Limite superior	[=média + desvio padrão]

Nesse sentido, segue abaixo memórias de cálculo utilizadas para aferição do valor referencial de cada item.

Item 1 – Caminhão pipa (horas):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios		
Município	Qtde.	Valor unitário
Ibiraçu/ES	1.600	R\$217,00
Paulina/SP	3.600	R\$226,63
Bento Gonçalves/RS	250	R\$310,00
Governador Celso Ramos/SC	600	R\$353,33
Campo Novo do Parecis/MT	200	R\$310,000

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 23,28%, de forma que se considerou todos os valores encontrados, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)
R\$ 283,39	65,96	23,28%

Item 2 – Retroescavadeira (mensal):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios		
Município	Qtde.	Valor unitário
Balneário Piçarras/SC	12	R\$30.375,00
Escada/PE	12	R\$27.982,80
Guarapuava/PR	12	R\$25.000,00
Ibiraçu/ES	12	R\$35.497,33

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 14,94%, de forma que se considerou todos os valores encontrados, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)
R\$ 29.178,90	4438,57	14,94%





Item 3 – Retroescavadeira (diária):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios e pesquisa com fornecedores		
Município/Fornecedor	Qtde.	Valor unitário
Rio Negrinho/SC	200	R\$3.500,00
Raimondi	200	R\$1.840,00
Bravo Escavações	200	R\$2.600,00
NAJ	200	R\$2.200,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 28,18%, de forma que se desconsiderou o valor encontrado na Ata de Rio Negrinho/SC, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)	Limite inferior	Limite superior	Média saneada
R\$ 2.535,00	714,31	28,18%	R\$ 1.820,69	R\$ 3.249,31	R\$ 2.213,33

Item 4 – Caminhão caçamba (mensal):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios e pesquisa com fornecedores		
Município/Fornecedor	Qtde.	Valor unitário
Balneário Piçarras/SC	12	R\$32.570,00
Ibiraçu/ES	12	R\$ 41.774,67
Escada/PE	12	R\$25.769,50
Guarapuava/PR	12	R\$22.000,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 28,43%, de forma que se desconsiderou o valor encontrado na Ata de Ibiraçu/ES, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)	Limite inferior	Limite superior	Média saneada
R\$ 30.528,54	8680,00	28,43%	R\$ 21.848,54	R\$ 39.208,55	R\$ 26.779,83

Item 5 – Caminhão caçamba (diária):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios		
Município	Qtde.	Valor unitário





Sarandi/PR	200	R\$1.964,58
Três Barras/SC	600	R\$ 1.650,00

Não foi realizado o cálculo da média saneada em razão da obtenção de apenas 2 valores.

Item 6 e 7 – Motoniveladora (mensal):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios		
Município	Qtde.	Valor unitário
Ibiraçu/ES	12	R\$ 67.288,00
Escada/PE	12	R\$ 58.838,57
Guarapuava/PR	12	R\$ 31.882,18

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 35,11%, de forma que se desconsiderou o valor encontrado na Ata de Guarapuava/PR, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)	Limite inferior	Limite superior	Média saneada
R\$ 30.528,54	8680,00	28,43%	R\$ 21.848,54	R\$ 39.208,55	R\$ 26.779,83

Item 8 – Motoniveladora (diária, sem operador):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: pesquisa com fornecedores		
Município	Qtde.	Valor unitário
Los Borges	200	R\$ 4.900,00
Raimondi	200	R\$ 1.800,00
NAJ	200	R\$ 3.000,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 48,34%, de forma que se desconsiderou o valor encontrado no orçamento fornecido pela empresa Los Borges, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)	Limite inferior	Limite superior	Média saneada
R\$ 3.233,33	1563,12	48,34%	R\$ 1.670,22	R\$ 4.796,45	R\$ 2.400,00

Item 9 – Motoniveladora (diária, com operador):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: pesquisa com fornecedores		
Município	Qtde.	Valor unitário





Los Borges	200	R\$ 4.900,00
Raimondi	200	R\$ 1.950,00
NAJ	200	R\$ 3.300,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 43,65%, de forma que se desconsiderou o valor encontrado no orçamento fornecido pela empresa Los Borges, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)	Limite inferior	Limite superior	Média saneada
R\$ 3.383,33	1476,76	43,65%	R\$ 1.906,57	R\$ 4.860,10	R\$ 2.625,00

Item 10 – Escavadeira (mensal):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios		
Município	Qtde.	Valor unitário
Balneário Piçarras/SC	12	R\$ 54.775,00

Não foi realizado o cálculo da média saneada em razão da obtenção de apenas 1 valor.

Item 11 – Escavadeira (diária):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: pesquisa com fornecedores		
Fornecedor	Qtde.	Valor unitário
Los Borges	300	R\$ 3.200,00
Raimondi	300	R\$ 3.800,00
Bravo Escavações	300	R\$ 4.800,00
NAJ	300	R\$ 3.000,00
Binhotti	300	R\$ 3.800,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 18,86%, de forma que se considerou todos os valores encontrados, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)
R\$ 3.720,00	701,43	18,86%

Item 12 – Trator compactador (diária):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: pesquisa com fornecedores





Fornecedor	Qtde.	Valor unitário
Raimondi	200	R\$ 2.500,00
NAJ	200	R\$ 2.000,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 15,71%, de forma que se considerou todos os valores encontrados, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)
R\$ 2.250,00	353,55	15,71%

Item 13 – Trator compactador (diária):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: pesquisa com fornecedores		
Fornecedor	Qtde.	Valor unitário
Raimondi	400	R\$ 2.600,00
NAJ	400	R\$ 2.000,00
Binhotti	400	R\$ 2.800,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 16,88%, de forma que se considerou todos os valores encontrados, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)
R\$ 2.050,00	416,33	16,88%

Item 14 – Caminhão munck (diária):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: pesquisa com fornecedores		
Fornecedor	Qtde.	Valor unitário
Eletro Técnica Centro Sul	120	R\$ 2.500,00
Raimondi	120	R\$ 3.040,00
NAJ	120	R\$ 3.000,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 10,57%, de forma que se considerou todos os valores encontrados, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:





Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação (%)
R\$ 2.846,67	300,89	10,57%

Item 15 – Caminhão munck (hora):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios		
Município	Qtde.	Valor unitário
Palotina/PR	180	R\$ 304,00
Sapezal/MT	650	R\$ 264,12
Brodowski/SP	50	R\$ 200,00
Garopaba/SC	150	R\$ 338,13
Botucatu/SP	2.000	R\$ 311,00
Carlos Barbosa/RS	8	R\$ 280,00
Joaçaba/SC	1.356	R\$ 330,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 16,33%, de forma que se se considerou todos os valores encontrados, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação (%)
R\$ 289,61	47,30	16,33%

Item 16 – Caminhão tipo cavalo mecânico (hora):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios		
Município	Qtde.	Valor unitário
Ibiraçu/ES	1.600	R\$ 265,00
Sarandi/PR	700	R\$ 498,00
Rio Branco do Sul/PR	768	R\$ 486,46
Paulina/SP	3.600	R\$ 376,75

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 26,82%, de forma que se desconsiderou o valor encontrado na Ata de Ibiraçu/ES, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação (%)	Limite inferior	Limite superior	Média saneada
R\$ 406,55	109,05	26,82%	R\$ 297,51	R\$ 515,60	R\$ 453,74,00





Item 17 – Caminhão tipo prancha (hora):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: consulta no PNCP e sítios eletrônicos dos Municípios		
Município	Qtde.	Valor unitário
Ibiraçu/ES	1.600	R\$ 266,00
Tupãssi/PR	1.200	R\$ 450,00

Não foi realizado o cálculo da média saneada em razão da obtenção de apenas 2 valores.

Item 18 – Mini carregadeira (mensal):

Segue abaixo resumo dos valores encontrados:

Pesquisa realizada: pesquisa com fornecedores		
Fornecedor	Qtde.	Valor unitário
GV Transportes	24	R\$ 36.000,00
Raimondi	24	R\$ 40.000,00
Bravo Escavações	24	R\$ 3.500,00
NAJ	24	R\$ 35.000,00

Realizou-se o cálculo da média saneada e verificou-se que o coeficiente de variação é de 59,00%, de forma que se desconsiderou o valor encontrado no orçamento da empresa Bravo Escavações, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação (%)	Limite inferior	Limite superior	Média saneada
R\$ 28.625,00	16888,73	59,00%	R\$ 11.736,27	R\$ 45.513,73	R\$ 37.000,00

Cumprido esclarecer que apesar da pesquisa diversificada, não obteve-se sucesso em conseguir 3 (três) orçamentos do item 12, ora trator compactador de 3 toneladas, conforme se verifica dos e-mails encaminhados sem retorno ou com negativa.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Dentre as possíveis soluções para suprir a demanda de maquinários e de operadores e motoristas, a fim de viabilizar a continuidade de serviços essenciais desempenhados pela Secretaria de Obras, há duas opções.

A primeira opção seria a aquisição destes maquinários, além da contratação ou realização de novo concurso para operadores e motoristas, e a segunda opção seria a pretendida contratação que é a locação destes maquinários com o seu respectivo operador e motorista.

A aquisição de novos maquinários em número suficiente para suprir a demanda desta Secretaria torna-se inviável, em razão do valor a ser despendido, não se limitando ao valor de aquisição, englobando também valores a serem despendidos com pneus, óleos, combustível, manutenção preventiva e corretiva.





E além da aquisição dos maquinários seria necessário a contratação ou realização de concurso público para operadores e motoristas, haja vista que a Secretaria de Obras dispõe de número reduzido de servidores que exercem tal função.

Desta forma, realizou-se uma pesquisa em outras atas públicas, bem como em sítios eletrônicos especializados, a fim de comparar, dentro do período de 1 ano, o valor de aquisição do maquinário, adicionado ao valor o custo com operador/motorista, com o valor licitado em processos vigentes desta Secretaria, quais sejam as atas de registro de preço n. 37/2023, 78/2023 e 104/2023.

Maquinário	Valor de maquinário novo				Valor de locação das Atas vigentes
	Valor de aquisição (A)	Valor operador ou motorista (B)	Insumos (C)	Total [A+(Bx13 meses)+C]	
Caminhão pipa	R\$ 678.833,00	R\$ 6.117,90	R\$ 107.004,37	R\$ 791.955,27	R\$ 387.000,00 ¹
Retroescavadeira	R\$ 387.000,00	R\$ 5.853,00	R\$ 64.154,24	R\$ 457.007,24	R\$ 215.800,00
Caminhão com caçamba basculante	R\$ 651.000,00	R\$ 6.117,90	R\$ 103.664,41	R\$ 760.782,31	R\$ 225.600,00
Motoniveladora	R\$ 1.257.000,00	R\$ 7.925,68	R\$ 179.412,65	R\$ 1.444.338,33	R\$ 538.800,00
Escavadeira hidráulica	R\$ 950.000,00	R\$ 5.853,00	R\$ 127.067,63	R\$ 1.082.920,63	R\$ 54.775,00 ²
Trator compactador de 3 toneladas	R\$ 162.000,00	R\$ 5.853,00	R\$ 132.696,00	R\$ 300.549,00	R\$ 399.802,00 ³
Trator compactador de 7 toneladas	R\$ 615.000,00	R\$ 5.853,00	R\$ 187.056,00	R\$ 807.909,00	R\$ 499.802,00 ⁴
Caminhão munck	R\$ 1.400.000,00	R\$ 6.850,62	R\$ 193.544,41	R\$ 1.600.395,03	R\$ 180.000,00 ⁵
Caminhão tipo cavalo mecânico com carreta	R\$ 383.066,67	R\$ 6.117,90	R\$ 71.512,41	R\$ 460.696,98	R\$ 76.000,00 ⁶
Caminhão carroceria prancha	R\$ 711.000,00	R\$ 6.117,90	R\$ 110.864,41	R\$ 827.982,31	R\$ 125.200,00 ⁷
Mini carregadeira	R\$ 299.500,00	R\$ 5.853,00	R\$ 103.332,00	R\$ 408.685,00	R\$ 364.680,00

Cumprido esclarecer que nos valores indicados oriundos das atas vigentes, priorizou-se os maquinários que tinham como unidade de medida mensal, além da consideração de apenas 1 maquinário por mês, nos casos dos itens que contemplam mais de 1 maquinário por mês.

Os valores indicados na coluna de operador/motorista foram extraídos da Tabela SINAPI de janeiro/2024, conforme resumo abaixo:

¹ Valor de 1.500 horas;

² Valor extraído da pesquisa de mercado realizada para este Estudo Técnico Preliminar em razão dos processos vigentes no Município não contemplar a unidade de medida mensal;

³ Valor de 200 dias;

⁴ Valor de 200 dias;

⁵ Valor de 60 dias;

⁶ Valor de 200 horas;

⁷ Valor de 400 horas;





Descrição	Unidade	Valor não desonerado
Motorista de caminhão com encargos complementares	Mês	R\$ 6.117,90
Motorista operador de caminhão com munck com encargos complementares	Mês	R\$ 6.850,62
Operador de máquinas e tratores diversos com encargos complementares	Mês	R\$ 5.853,00
Operador de motoniveladora com encargos complementares	Mês	R\$ 7.925,68

Outrossim, o valor mensal de operador ou motorista foi multiplicado por 13, tendo em vista o direito a férias do funcionário.

Os insumos previstos na tabela acima correspondem ao estimativo de combustível gasto no período de 1 ano e previsão de 12% sobre o valor do maquinário a título de manutenção.

O estimativo de combustível foi baseado em relatório de consumo do Sistema Prime dos veículos oficiais do Município pelo período de 1 ano, conforme tabela resumida abaixo:

Máquina	Combustível	Litros	Valor total
Caminhão	Diesel S10	4.050,555	R\$ 25.544,41
Retroescavadeira	Diesel S10	2.626,375	R\$ 15.714,24
Motoniveladora	Diesel	4.762,921	R\$ 28.572,65
Escavadeira	Diesel S10	2.293,250	R\$ 13.067,63

Tendo em vista que o Município não dispõe de trator compactador e mini carregadeira, foi realizado um cálculo com base em informações extraídas de sítios eletrônicos específicos, conforme memória de cálculo e resumo de valores:

Máquina	Combustível	Litros	Valor total
Trator compactador	Diesel	19.360	R\$ 113.256,00
Mini carregadeira	Diesel	11.520	R\$ 67.392,00

Memória de cálculo do trator compactador

Consumo 12.1 litros/hora
 $12,1 \times 8 \text{ horas} = 96,8 \text{ L/h}$ referente a 1 dia
 $96,8 \times 200 \text{ dias} = 19.360 \text{ L/h}$
 $19.360 \times \text{R\$ } 5,85 \text{ (preço médio do diesel)} = \text{R\$ } 113.256,00$

Memória de cálculo da mini carregadeira

Consumo 4 litros/hora
 $4 \times 8 \text{ horas} = 32 \text{ L/h}$ referente a 1 dia
 $32 \times 30 \text{ dias} = 960 \text{ L/h}$ referente a 1 mês
 $960 \times 12 \text{ meses} = 11.520 \text{ L/h}$
 $11.520 \times \text{R\$ } 5,85 \text{ (preço médio do diesel)} = \text{R\$ } 67.392,00$





E no que se refere a manutenção, considerou-se 12% do valor do maquinário, que engloba a troca de filtros, óleos, lubrificantes, pneus, amortecedores, entre outros itens correlatos. Dessa forma, segue abaixo tabela resumida com o valor de aquisição somado ao 12%:

Máquina	Valor	12%
Caminhão pipa	R\$ 678.833,00	R\$ 81.459,96
Retroescavadeira	R\$ 387.000,00	R\$ 46.440,00
Caminhão com caçamba basculante	R\$ 651.000,00	R\$ 78.120,00
Motoniveladora	R\$ 1.257.000,00	R\$ 150.840,00
Escavadeira hidráulica	R\$ 950.000,00	R\$ 114.000,00
Trator compactador de 3 toneladas	R\$ 162.000,00	R\$ 19.440,00
Trator compactador de 7 toneladas	R\$ 615.000,00	R\$ 73.800,00
Caminhão munck	R\$ 1.400.000,00	R\$ 168.000,00
Caminhão tipo cavalo mecânico com carreta	R\$ 383.066,67	R\$ 45.968,00
Caminhão carroceria prancha	R\$ 711.000,00	R\$ 85.320,00
Mini carregadeira	R\$ 299.500,00	R\$ 35.940,00

No tocante ao valor de aquisição, segue abaixo tabela resumida do local de origem dos valores indicados:

Máquina	Local	Obs
Caminhão pipa	Município de Alto Alegre/RS	Ata 07/2022
Retroescavadeira	CINCATARINA	CIN 15584
Caminhão com caçamba basculante	Município de Bauru/SP	Ata 359/2022
Motoniveladora	CINCATARINA	CIN 17046
Escavadeira hidráulica	CINCATARINA	CIN 19946
Trator compactador de 3 toneladas	Site especializado	
Trator compactador de 7 toneladas	Município de Carbonita/MG	Ata 13/2023
Caminhão munck	DER/DF	Ata 041/2023
Caminhão tipo cavalo mecânico com carreta	Município de Quatro Barras/PR	Ata 07/2019
Caminhão carroceria prancha	Município de Tabai/RS	Ata 06/2023
Mini carregadeira	CINCATARINA	CIN 20239

Diante do comparativo trazido acima, se verifica, dentro do período de 1 ano, a vantagem econômica trazida pela pretendida contratação.

Ademais, vale salientar que em alguns itens pode restar dúvida quanto à vantajosidade da solução como locação, visto que o valor de aquisição se mostrou parelho ou superior ao da locação.





No caso do trator compactador, é importante citar que são maquinários em que sua utilização é feita de forma esporádica, tanto que a unidade de medida é por hora, desse modo a aquisição não é vantajosa, visto que quando o maquinário não estiver em utilização, há custos a serem despendidos a fim de manter o maquinário em pleno funcionamento, mas de igual forma não é vantajoso ter maquinário parado, mesmo com a manutenção em dia.

Ademais, destacamos que a contratação da prestação do serviço por meio da locação se mostra mais vantajosa para o Município que não disponibiliza do quantitativo de profissionais suficiente para o atendimento de todas as demandas da população, uma vez que toda frente de serviço depende de profissionais capacitados.

Diante desse cenário, a decisão de realizar a presente aquisição se tornou imperativa, buscando otimizar a gestão de recursos e garantir a eficiência na prestação desses serviços essenciais, ao mesmo tempo em que se almeja um uso mais eficaz dos recursos municipais.

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

A prestação de serviço será de forma parcelada e a forma de execução será direta, de acordo com as necessidades do Município de Navegantes/SC.

9- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não se faz necessário proceder a outras contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que a contratação do objeto licitado atende a toda necessidade existente.

10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O resultado pretendido com a contratação é ter a disposição maquinários leves e pesados para que a Secretaria de Obras cumpra com eficiência, eficácia e agilidade os serviços inerentes às suas competências.

11 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

Após a realização desse Estudo Técnico Preliminar será realizado o Termo de Referência de acordo com a Lei n. 14.133/2021.

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

A pretendida contratação não causa ou causarão qualquer tipo de poluição ou dano ambiental.

13- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O presente **Estudo Técnico Preliminar**, elaborado pela Secretaria de Obras, considerando a análise das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela **viabilidade da contratação**, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.





Navegantes (SC), 05 de fevereiro de 2024.

ROBERTO M. FERREIRA
Secretário de Obras

ISADORA BIANCHINI BALAN
Assessora jurídica



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO I-B

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ÍNDICES FINANCEIROS

O Município de Navegantes apresenta justificativa para a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Pregão Eletrônico nº 23/2024, item 13.9.2.

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no item 13.9.2 do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O índice de Grau de Endividamento indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de Liquidez Corrente identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo que o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, GE e LC), o resultado $> 1,00$ é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 69, da Lei nº 14.133/2021, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.





ANEXO II HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR E DILIGÊNCIAS SANEADORAS

1.1. Dentre as atribuições do (a) Pregoeiro (a), destaca-se, em relação à habilitação, a verificação e julgamento das condições de habilitação, saneado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação, que deverão estar anexadas de forma eletrônica, nos moldes da legislação.

1.2. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.
- b) Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) Apresentar documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

1.3 - A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa de lances, os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO, quando estes forem considerados, pelo (a) Pregoeiro (a), constantes no item 13 do edital, assim que for autorizado, e dentro do prazo estabelecido e devidamente justificado.

1.4. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, via chat no sistema BNC, ficando adstrito à conveniência da Administração Pública, quando não for especificado prazo legal, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência, e sempre com critérios de razoabilidade e interesse público.

1.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

1.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o art. 47 do Decreto nº 10.024/2019, além do art. 59, § 2º e o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, sendo a ocorrência registrada em ata.





**ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO**

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (MENSAL, HORAS E DIÁRIA) COM E SEM MOTORISTA/ OPERADOR, PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	TOTAL EM R\$					
	Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.					
	DADOS DO PROPONENTE					
	Nome:					
	Razão Social:					





	Endereço Completo:
	CNPJ:
	Telefone: E-mail:
	VALIDADE DA PROPOSTA: (não inferior a 60 dias corridos):
	PRAZO PARA ENTREGA:
	GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS: Mínima de 01 (um) ano.
	CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS: Em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega, mediante emissão de nota fiscal).
	LOCAL PARA ENTREGA:
	LOCAL MAIS PRÓXIMO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

LOCAL/DATA _____
Agência Bancaria n° _____
Banco: _____
Conta-Corrente n° _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO IV

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES



SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS “BNC” E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	() ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Inscrição Municipal:	
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
Informações Bancárias:	Banco:
Agência:	C/C:
<u>e-mail () no qual gostaria de receber informativo de editais.</u>	
<u>Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais</u>	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;





ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras "BNC", dos quais declara ter pleno conhecimento; iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.

4. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.

5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____ / _____ de _____ 20_____.

Representante Legal:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)





ANEXO V CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA



FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

- PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras, para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital. Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada. **Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta os seguintes planos de pagamento:**

Plano de Adesão	A	R\$ 98,10 única participação por edital
Plano de Adesão	B	R\$ 135,00 (mensal)

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

Plano de Adesão A, esse plano é exclusivamente para uma única participação.

Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

A cobrança do plano de adesão, será emitida no momento do cadastro através de “boleto bancário”. A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 horas. Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com





reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Representante Legal:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica denominada _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

- a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;
- b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;
- c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;
- d) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho;
- e) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;
- g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.
- h) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.
- i) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.
- j) DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis





trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

At. – Pregoeiro e equipe de apoio

PREGÃO ELETRÔNICO N.º XX/2024.

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____ neste ato representada por _____ seu _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei n.º 14.133/2021.

Por ser verdade assina a presente;

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ





ANEXO VIII
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos.....do mês.....do ano 2024 na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e pelo Secretário de Obras e Serviços Municipais, Sr. Roberto M. Ferreira, nomeado através da Portaria n. 2980/2022, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. XXX/2024, regidos pela Lei n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 361/2023, bem como as demais normas legais pertinentes, o disposto no edital e seus anexos e os termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Seguem os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º..., com sede na Rua ..., bairro..., Cidade/UF, representado por ..., inscrito no CPF n.º ...

Código	Empresa	Itens

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS (MENSAL, HORAS E DIÁRIA) COM E SEM MOTORISTA/ OPERADOR, PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

1.1. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. Seguem abaixo as especificações de cada item, com o respectivo fornecedor:

FORNECEDOR / NOME DA EMPRESA





Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA REVISÃO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, com exceção do subitem abaixo.

2.3. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 e art. 134, ambos da Lei nº 14.133/2021, por meio de apostilamento.

2.4. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.6. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo, conforme art. 123, § único da Lei nº 14.133/2021.

2.7. No reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.8. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.





2.9. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as Providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.10. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 e art. 134, ambos da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.11. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.12. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;





4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei n.º 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.2. À Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.3. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.4. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.4.1. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.5. Prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.6. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.7. Emitir a autorização de compra;





- 5.8. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.9. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.10. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.11. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.12. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.13. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.14. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.15. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.16. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.17. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.18. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.19. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.20. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.21. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.22. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.23. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.
- 5.24. A aquisição dos materiais se dará de forma fracionada, conforme necessidade da Secretaria solicitante, sendo o frete de responsabilidade da empresa contratada;





5.25. O Material deverá ser entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o envio da Ordem de Compra.

5.26. Caso o material entregue apresente avarias ou falhas que venham a ocasionar perda ao município, o mesmo será devolvido e caberá à empresa realizar a substituição do mesmo. Os materiais deverão ser de primeira linha, atendendo os padrões prescritos em norma para cada qual.

5.27. Nos casos em que os produtos solicitados não atendam as especificações deste edital, os mesmos terão a entrega negada, devendo a contratada substituí-los imediatamente.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.2. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.3. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.4. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.5. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.6. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.7. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULASÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.





7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.6. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.7. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, constante no termo de referência anexo.

7.8. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.9. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.10. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.11. As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.12. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.13. Serão recusados os serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.14. Todas as despesas relativas à prestação de serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.





CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (trinta) dias, após o fornecimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura e respectiva liquidação, acompanhada de relatório do fornecimento dos materiais emitido pela Secretaria competente, devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas na ATA;

8.2. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM A ENTREGA DOS MATERIAIS;

8.3. E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo;

8.4. O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal;

8.5. Todos os materiais deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital;

8.6. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os materiais fornecidos, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável na Nota Fiscal;

8.7. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

8.8. NÃO HAVERÁ EM HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 quando não formalizado contrato para ser aditivado.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:





11.2. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

11.3. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.4. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.5. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.6. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.5. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.9. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima imposta.

11.10. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.





11.11. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.12. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E por estarem às partes, **ADMINISTRAÇÃO** e **CONTRATADA**, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Navegantes/SC _____ de _____ 2024.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
Prefeito Municipal de Navegantes





ANEXO IX
MINUTA PARA SERVIÇOS – LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 23/2024
EDITAL DE N.º/.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
NAVEGANTES,.....
E

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo n.º e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de máquinas (mensal, horas e diária) com e sem motorista/ operador, para auxiliarem nas atividades diárias das secretarias, fundos e fundações do município de Navegantes/SC, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CAMINHÃO PIPA (TANQUE) TRUCK, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE 15.000 LT, COM FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOLICITADOS. POTENCIA MINIMA DE 170CV. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTES	Hora	2.000	R\$ 283,39	R\$ 566.780,00





	ACESSÓRIOS: RABO DE PAVÃO, IRRIGADOR TRASEIRO, MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO, CARRETEL, MANGOTINHO, CANHÃO MONITOR, BICO DE PATO E PINHÃO ROTATIVO, BARRA IRRIGADORA TRASEIRA COM ALCANCE DE ATÉ 4 M. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
2	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA , COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: CAÇAMBA HD COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR À 1 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR À 0,07 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR À 0,25 M³ E GARFO PALETEIRO. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	48	R\$ 29.713,78	R\$ 1.426.261,44
3	TRATOR RETRO ESCAVADEIRA 4 X 4 COM CABINE FECHADA , COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO. DEVERÁ CONTER OS	Diária	250	R\$ 2.213,33	R\$ 553.332,50





	SEGUINTE EQUIPAMENTOS: CAÇAMBA HD COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR À 1 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR À 0,07 M³, CAÇAMBA GP COM CAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR À 0,25 M³ E GARFO PALETEIRO. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
4	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M³, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ SER EQUIPADO COM TRAÇÃO 6X4 E POTÊNCIA MÍNIMA DE 220CV, TAMPA TRASEIRA TIPO “PORTEIRA” COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, FAIXAS REFLETIVAS E EQUIPADO COM TELA DE SEGURANÇA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	48	R\$ 26.779,83	R\$ 1.285.431,84
5	CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M³, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ SER EQUIPADO COM TRAÇÃO 6X4 E POTÊNCIA MÍNIMA DE 220CV; TAMPA TRASEIRA TIPO	Diária	200	R\$ 1.807,29	R\$ 361.458,00





	<p>“PORTEIRA” COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, FAIXAS REFLETIVAS E EQUIPADO COM TELA DE SEGURANÇA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 (DEZ) ANOS DE USO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.</p>				
6	<p>MÁQUINA MOTONIVELADORA, SEM OPERADOR, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.</p>	Mensal	24	R\$ 63.063,29	R\$ 1.513.518,96
7	<p>MÁQUINA MOTONIVELADORA, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE</p>	Mensal	12	R\$ 63.063,29	R\$ 756.759,48





PREFEITURA DE
NAVEGANTES



	TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.				
8	MÁQUINA MOTONIVELADORA, SEM OPERADOR, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS	Diária	200	R\$ 2.400,00	R\$ 480.000,00
9	MÁQUINA MOTONIVELADORA, COM OPERADOR/MOTORISTA, DEVIDAMENTE HABILITADO COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, CARTEIRA DE OPERADOR E CURSO, IDEAL PARA UTILIZAR EM SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E NIVELAMENTO; PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18.000 KG E POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 220 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EMPLACADO E DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	200	R\$ 2.625,00	R\$ 525.000,00
10	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE OPERACIONAL IGUAL OU SUPERIOR A 20 TONELADAS E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE	Mensal	24	R\$ 54.775,00	R\$ 1.314.600,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



	TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.				
11	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE OPERACIONAL IGUAL OU SUPERIOR A 20 TONELADAS E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	300	R\$ 3.720,00	R\$ 1.116.000,00
12	TRATOR COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO COM ROLO LISO, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. PESO OPERACIONAL DE APROXIMADAMENTE 3 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	200	R\$ 2.250,00	R\$ 450.000,00
13	TRATOR COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPULSADO COM ROLO LISO, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. PESO OPERACIONAL DE APROXIMADAMENTE 7 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Diária	400	R\$ 2.466,67	R\$ 986.668,00
14	CAMINHÃO MUNCK, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA.	Diária	120	R\$ 2.846,67	R\$ 341.600,40





	CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO DE 20 TONELADAS. DEVERÁ CONTER CESTO DE FIBRA E COM ALCANCE DE ATÉ 15 METROS PARA TRABALHOS EM ALTURA, DE ACORDO COM A NR-12. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
15	CAMINHÃO MUNCK , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO DE 20 TONELADAS. DEVERÁ CONTER CESTO DE FIBRA E COM ALCANCE DE ATÉ 15 METROS PARA TRABALHOS EM ALTURA, DE ACORDO COM A NR-12. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Hora	700	R\$ 289,61	R\$ 202.727,00
16	CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO COM CARRETA DE NO MÍNIMO 12 METROS , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 TONELADAS, CARROCERIA ABERTA. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.	Hora	200	R\$ 453,74	R\$ 90.748,00
17	CAMINHÃO CARROCERIA PRANCHA / PLATAFORMA ABERTA , COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. COM	Hora	200	R\$ 358,00	R\$ 71.600,00





	CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 17 TONELADAS. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS.				
18	MINI CARREGADEIRA COM CABINE FECHADA, COM OPERADOR/MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA. DEVERÁ CONTER OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: COM CONCHA CARREGADEIRA, VASSOURA MECÂNICA E CAPINADEIRA. CAPACIDADE MÍNIMA NOMINAL OPERACIONAL DE 1.000 KG E COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 44HP. O COMBUSTÍVEL SERÁ DE RESPONSABILIDADE E CUSTO DA CONTRATADA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR RASTREADOR/GPS. O TURNO DE TRABALHO DEVERÁ SER DE 44 HORAS SEMANAIS.	Mensal	24	R\$ 37.000,00	R\$ 888.000,00
				TOTAL	R\$ 12.930.485,62 R\$ 12.173.726,14

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4 O Termo de Referência;

1.5 O Edital da Licitação;

1.6 A Proposta do contratado;

1.7 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.





3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É permitida a subcontratação somente em caso de necessidade de manutenção ou reparo em algum dos itens objetos deste contrato, desde que observadas todas as exigências previstas abaixo, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá transmitir à subcontratada todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar sua execução.

4.2 A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação pela CONTRATANTE, em relação à documentação exigida no subitem 4.10.

4.3 Acaso seja autorizada a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes do início das atividades da subcontratada, o contrato firmado entre as partes e a documentação referente às condições de habilitação da subcontratada, as quais estão previstas no subitem 6.10.

4.4 Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo ou de forma incorreta, da documentação da subcontratada ou do item subcontratado pela CONTRATADA, que acarretem prejuízos ao prazo de conclusão de serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a penalidade aplicável, nos termos do contrato.

4.5 Durante o período da subcontratação, a subcontratada deverá manter vigente as condições iniciais de regularidade fiscal, previdenciária e técnica.

4.6 A substituição pela CONTRATADA da subcontratada, já anteriormente aprovada e autorizada, dependerá da prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo as empresas substitutas apresentarem as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital e anexos.

4.7 A CONTRATADA deverá incluir no contrato que vier a celebrar para eventual subcontratação, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

4.8 Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os serviços, serão impugnados pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA e à empresa subcontratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.

4.9 Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso do objeto deste edital, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

4.10 Da apresentação das documentações das subcontratadas:

- a) Contrato firmado entre a CONTRATADA e subcontratada;
- b) Carteira de habilitação do motorista que fará o traslado;
- c) Certificado de Registro e Licenciamento do veículo a ser utilizado;





- d) Cópia do contrato social da empresa;
- e) Comprovação de que o motorista integra o quadro permanente da subcontratada, que deverá ser feito mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato Social;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou da cédula de identidade, quando pessoa física;
- g) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais, dívida ativa da união e contribuições sociais;
- h) Certidão negativa de débitos estaduais, da sede da subcontratada;
- i) Certidão negativa de débitos municipais da sede da subcontratada;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS;
- k) Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei n. 12.440/2011.

5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 12.930.485,62 (doze milhões, novecentos e trinta mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado é de 30 (trinta) dias, contados da autorização da Secretaria, do recebimento da nota fiscal, e do relatório de serviço, desde que cabível.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, salvo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, observado o artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2 Após o interregno de um ano, e havendo pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 O reajuste não será concedido se o prazo de 1 (um) ano decorrer em razão do atraso na realização do serviço por culpa do Contratado.

7.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





7.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9 O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo termo aditivo.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.





9.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;

9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10 CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.





10.7 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

a) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11 Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11.2 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

11.3 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

11.4 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

11.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

11.6 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

11.7 Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela CONTRATANTE, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11.8 As empresas vencedoras dos serviços serão responsáveis pela substituição, troca ou reposição dos serviços porventura entregues não compatíveis com as especificações do edital.

11.9 Durante o prazo de garantia dos serviços prestados o prestador de serviços fica obrigado a substituir os serviços incompatíveis no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.





11.10 Os serviços executados deverão estar em plena conformidade com as normas vigentes do Ministério do Trabalho, obedecendo e respeitando toda a legislação brasileira dos direitos do consumidor, particularmente o “Código de Defesa do Consumidor”, nos termos da Lei n. 8.078/1990.

11.11 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por 30 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convenionadas.

11.12 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.13 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

11.14 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.15 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.16 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.16.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.16.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.16.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.17 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.18 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.19 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.20 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.21 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.22 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.





11.22.1 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.22.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

11.23 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.24 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.25 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.11 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.12 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- iv) **Multa:**





a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

a.1) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

12.13 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.14 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.14.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.14.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.14.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.15 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.16 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.17 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.19 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.





13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

142 - 02.016.15.452.0011.2032.3.3.90.00.00 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras 1.500.0000.5000.00 00

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal n.º 361/2023 e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e até o limite de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo quando se tratar de reforma de edifício ou de equipamento.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.





17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Navegantes/SC, de de


Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ANEXO X
MODELO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO

 <p align="center">DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Navegantes Secretaria: Diretoria:</p>		PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇO					
Descrição dos Serviços:		Edital:				Nº Folha:	
		Objeto:				Unidade de Medida:	
		Item:	01				
A	EQUIPAMENTOS	Quantid.	UTILIZAÇÃO		CUSTO OPERACIONAL		CUSTO HORÁRIO
			Produtiva	Improd.	Produtiva	Improd.	
1			0	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2					R\$ -	R\$ -	R\$ -
3					R\$ -	R\$ -	R\$ -
4					R\$ -	R\$ -	R\$ -
5					R\$ -	R\$ -	R\$ -
6					R\$ -	R\$ -	R\$ -
7					R\$ -	R\$ -	R\$ -
					TOTAL (A)	R\$ -	
B	MÃO DE OBRA	Quantid.	SALÁRIO HORA	CUSTO HORÁRIO			
1			R\$ -	R\$ -			
2			R\$ -	R\$ -			
3			R\$ -	R\$ -			
4			R\$ -	R\$ -			
5			R\$ -	R\$ -			
			TOTAL (B)	R\$ -			
C	MATERIAIS	UNID	CONSUMO	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO		
1		UNID	0	R\$ -	R\$ -		
2				R\$ -	R\$ -		
3				R\$ -	R\$ -		
4				R\$ -	R\$ -		
5				R\$ -	R\$ -		
6				R\$ -	R\$ -		
7				R\$ -	R\$ -		
				TOTAL (C)	R\$ -		
D	SERVIÇOS AUXILIARES	UNID	CONSUMO	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO		
1		UNID	0	R\$ -	R\$ -		
2				R\$ -	R\$ -		
3				R\$ -	R\$ -		
4				R\$ -	R\$ -		
				TOTAL (D)	R\$ -		
E	TRANSPORTE	DMT - km	Unid.	Consumo	CUSTO	CUSTO UNITÁRIO	
1			km	0	R\$ -	R\$ -	
2					R\$ -	R\$ -	





3				R\$ -	R\$ -
4				R\$ -	R\$ -
				TOTAL (E)	R\$ -
CUSTO DIRETO TOTAL [(A + B + C + D + E)]					R\$ -
BONIFICAÇÃO POR DESPESAS INDIRETAS				0,00%	R\$ -
PREÇO UNITÁRIO					R\$ -
PREÇO UNITÁRIO ADOTADO					R\$ -

